

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (NUCSA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PROFIAP)

Elielza Camargo Souza

**A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA A TOMADA DE
DECISÃO: Um estudo de caso na Universidade Federal de Rondônia**

PORTO VELHO

2022

ELIELZA CAMARGO SOUZA

**A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA A TOMADA DE
DECISÃO: Um estudo de caso na Universidade Federal de Rondônia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública-PROFIAP oferecido pela Instituição Associada Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof.^a Dra. Iluska Lobo Braga

Coorientadora: Prof.^a Dra. Estela Pitwak Rossoni

PORTO VELHO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S729u Souza, Eielza Camargo.

A utilidade da informação contábil para a tomada de decisão: um estudo de caso na Universidade Federal de Rondônia / Eielza Camargo Souza, Iluska Lobo Braga, Estela Pitwak Rossoni. -- Porto Velho, RO, 2022.

110 f.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Iluska lobo Braga

Coorientador(a): Prof.^a Dra. Estela Pitwak Rossoni.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Informação contábil. 2.Gestão pública. 3.Tomada de decisão. 4.Teoria da comunicação e semiótica. 5.Sistemas de informação. I. Lobo Braga, Iluska. II. Rossoni, Estela Pitwak. III. Braga, Iluska lobo. IV. Título.

CDU 657

Elielza Camargo Souza

**A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA A TOMADA DE
DECISÃO: Um estudo de caso na Universidade Federal de Rondônia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em
Administração Pública-PROFIAP oferecido pela Instituição Associada Fundação
Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Administração Pública.

Data de aprovação: ____/____/____

Profª. Dra. Iluska Lobo Braga
(Orientadora e presidente)

Banca examinadora

Jean Carlo Silva dos Santos
Membro Externo

Rosália Maria Passos da Silva
Membro interno-PROFIAP/UNIR

Profª. Dra. Marlene Valério dos Santos Arenas
Membro Interno-PROFIAP/UNIR

Paulo Roberto Rodrigues de Souza
Membro Interno da Rede-PROFIAP/UNIFAL

“O coração do sábio adquire o conhecimento, e o ouvido dos sábios busca a ciência”. Provérbios 18:16.

Dedico este trabalho à minha família, especialmente a minha mãe que esteve sempre comigo me apoiando nos momentos mais árduos dessa caminhada. Ao meu pai (*in memoriam*) exemplo de caráter e integridade e que sempre vibrava com minhas conquistas. À Universidade Federal de Rondônia, por me proporcionar conhecimento desde a graduação como acadêmica de Ciências Contábeis até a pós-graduação (mestrado) em Administração Pública e ainda ter a honra de trabalhar como Servidora Pública nessa Universidade.

AGRADECIMENTOS

Gratidão! Primeiramente ao Criador de todas as coisas e Senhor das nossas vidas, maravilhoso conselheiro e príncipe da paz, sem ele não sou nada. Gratidão por saber que nessa caminhada nunca estive só. São tantas emoções, tantos agradecimentos [...] que meu coração transborda.

À família que sempre está aqui, sempre, caminhando lado a lado comigo. Agradeço ao meu pai Orvalino Dias de Souza (*In memoriam*) e minha mãe Gilda Camargo de Souza, pelos ensinamentos no caminho do bem, pelo apoio, pelo suporte, pelo incentivo aos estudos e pelo amor incondicional. Agradeço também aos meus irmãos pela compreensão por esse período de ausência em que fiquei mais focada no Mestrado, às vezes faltando tempo até para uma conversa mais demorada.

À Universidade Federal de Rondônia que me proporcionou a oportunidade e me deu condições para a construção e finalização desse projeto. À equipe PROPLAN de uma forma geral, especialmente minhas chefias imediatas, por compreenderem minhas ausências e afastamentos para cursar o Mestrado e sempre incentivar a equipe a se qualificar, meus mais sinceros agradecimentos, por estarem ao meu lado nesta empreitada.

Gratidão desde o momento inicial do teste ANPAD, pelo incentivo dos colegas que me incentivaram a fazer a prova, especialmente a minha colega e amiga Mirlene Batista Sá, que esteve comigo nas duas ocasiões que realizamos o teste. Aos demais amigos, que compreenderam minha distância, minha Gratidão.

Meus agradecimentos aos professores do PROFIAP. Firmes nas exigências, porém sutis nas correções. Foi um período difícil, porém de muito aprendizado. As contribuições me proporcionaram grande crescimento e amadurecimento pessoal e profissional. Em especial, a coordenação do PROFIAP, professora Dra. Marlene Valério dos Santos Arenas, gratidão pelo incentivo, pelo carinho, pelo cuidado, por tudo, só gratidão à Senhora Profa.

Aos amigos de turma, pela troca de experiências e pelos momentos de descontração também que nos ajuda a prosseguir, à minha colega Aline Cristina Helfenstein Pinheiro, que foi minha parceira e amiga durante todo o curso, obrigada por me auxiliar nas minhas dificuldades e crises, minha gratidão enorme a você.

Gratidão às minhas queridas orientadoras, as professoras Dra. Estela Pitwak Rossoni (que teve que se ausentar da orientação por problemas de saúde) e a Dra. Iluska

Lobo Braga, por ambas aceitarem trilhar comigo esse caminho, e mesmo conhecendo minhas fragilidades, com muita humildade dividiram comigo seus conhecimentos e me conduziram da melhor forma possível a obtermos o resultado final desse trabalho.

Aos colegas de profissão, pelas sugestões e pelas entrevistas, muito obrigada, vocês foram imprescindíveis na construção desse trabalho. Por fim, expresso aqui meus mais sinceros agradecimentos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desse sonho.

Só posso dizer, Gratidão! Gratidão! Gratidão! Eu venci essa etapa!

SOUZA, Elielza Camargo. **A utilidade da informação contábil para a tomada de decisão: Um estudo de caso na Universidade Federal de Rondônia.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede - PROFIAP). Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede (PROFIAP), Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 111 f. Porto Velho, 2022.

RESUMO

A informação contábil concernente à atividade pública apresenta grande relevância para a gestão das instituições e, especialmente da organização pública, que consequentemente impacta nos serviços dispostos para a sociedade. Contudo, a informação contábil ainda não figura entre os instrumentos apoiadores do processo decisório das universidades. Pode-se entender que existe nos modelos de tomada de decisão um conjunto de especificidades e realidades associadas à informação e sua utilização, o que permitiria aos gestores alcançar processos de decisão obtendo um tratamento adequado deste recurso. Assim sendo, a questão norteadora dessa dissertação foi: Qual a percepção dos gestores sobre as informações contábeis para a tomada de decisão? Como objetivo geral buscou identificar a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão na Fundação Universidade Federal Rondônia – UNIR. O estudo de caso caracteriza-se por se tratar de estudo realizado na Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturada com responsáveis da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e a análise dos dados se deu com base na Teoria da Comunicação e Semiótica. Conclui-se que para os gestores os relatórios e demonstrativos contábeis apresentados no Relatório de Gestão pode servir como instrumento de apoio a tomada de decisão, especialmente às decisões relativas ao planejamento estratégico da Instituição. Nas Universidades Federais existe o Sistema SIAFI que processa e controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, assim como o Sistema Tesouro Gerencial que emite relatórios gerenciais da Instituição, capaz inclusive de fazer comparativos de um período para o outro permitindo aos gestores fazerem correções e estabelecerem metas para o ano seguinte. Constatou-se que as variáveis que englobam a tomada de decisão são inúmeras e por isso o gestor deve cercar-se de informações úteis e com todas as características necessárias, como forma de subsidia-los desta forma a informação contábil apresenta elementos para a geração das informações que trazem segurança para os gestores.

Palavras-chave: Informação contábil. Gestão Pública. Tomada de decisão. Teoria da Comunicação e Semiótica. Sistemas de Informação.

SOUZA, Eielza Camargo. **The usefulness of accounting information for decision making: A case study at the Federal University of Rondônia.** Dissertation (Professional Master's in Public Administration in Network - PROFIAP). Professional Master's in Public Administration in Network (PROFIAP), Nucleus of Applied Social Sciences (NUCSA), Federal University of Rondônia (UNIR), 111 f. Porto Velho, 2021.

ABSTRACT

Accounting information concerning public activity is highly relevant for the management of institutions and, especially, of public organization, which consequently impacts on the services provided to society. However, accounting information is not yet among the instruments supporting the decision-making process of universities. It can be understood that there is in the decision-making models a set of specificities and realities associated with information and its use, which would allow managers to carry out decision processes by properly handling this resource. Seeking to understand the usefulness attributed by managers to accounting information in decision making at the Federal University of Rondônia? It was defined as the general objective of this research to identify the usefulness of accounting information for decision making at Fundação Universidade Federal Rondônia – UNIR, for which 4 specific objectives were defined: (1) List which accounting information is presented to managers; (2) Check which accounting information is required by managers; (3) Survey where accounting information is used in decision making; (4) Propose a correlation between the Management systems for decision making and the main financial statements. The methodology that guided the research was a Case Study as proposed by Yin (2010), the objectives lead to a descriptive research and qualitative data analysis. The case study is characterized by being a study carried out at the Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, the data collection was carried out through semi-structured interviews with those responsible for the Pro-Rectorate of planning (PROPLAN) and the data analysis took place based on Communication Theory and Semiotics. It is concluded that, for managers, the reports and financial statements presented in the Management Report can serve as a tool to support decision-making, especially decisions related to the Institution's strategic planning. In Federal Universities there is the SIAFI System that processes and controls the budget, financial, equity and accounting execution, as well as the Management Treasury System that issues management reports of the Institution, capable of making comparisons from one period to the other allowing managers to make corrections and set goals for the coming year. It was found that the variables that encompass decision making are numerous and that is why the manager must surround himself with useful information and with all the necessary characteristics, as a way of subsidizing them in this way, the accounting information presents elements for the generation of information that brings security to managers.

Keywords: Accounting information. Public Management. Decision making. Communication Theory and Semiotics. Information systems.

LISTA DE SIGLAS

CONSAD - Conselho superior de administração

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IN - Instrução Normativa

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

LC - Lei Complementar

LAI - Lei de Acesso à Informação

LOA - Lei orçamentária anual

MEC - Ministério da educação

PAC - Plano Anual de Contratações

PDI - Plano de desenvolvimento institucional

PGC - Planejamento e gerenciamento de contratações

PRAD - Pró-Reitoria de Administração

PROCEA - Pró - Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento

PROPesq - Pró-Reitoria Pós-Graduação e Pesquisa

PTT - Produto técnico tecnológico

RGs - Relatórios de Gestão

RG - Registro Geral

SI - Sistemas de informação

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

TCU - Tribunal de Contas da União.

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Estrutura da dissertação	19
Figura 02 - Síntese da teoria da comunicação e semiótica.....	26
Figura 03 - Portal Eletrônico Oficial da UNIR	44
Figura 04 - Portal de Transparência e prestação de Contas da UNIR.....	45
Figura 05 - UNIR por Campus e Total de Cursos de Graduação.....	53
Figura 06 - Organograma administrativo da UNIR.....	55
Figura 07 - Organograma da Pró-reitoria de planejamento da UNIR	57
Figura 08 - Missão e visão da UNIR.....	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema da pesquisa	20
1.2 Objetivo Geral e Específico.....	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivo Específico	20
1.3 Justificativa.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Teoria da comunicação e semiótica.....	23
2.2 Informação contábil para tomada de decisão	27
2.3 As características qualitativas da informação contábil.....	32
2.3.1 Qualidade da Informação Contábil	36
2.4 Sistemas de informação contábil	37
2.5 A informação contábil e a transparência	40
2.6 A gestão da informação como estratégia.....	46
2.7 Uso da informação na Administração Pública Brasileira.....	48
3 METODOLOGIA	51
3.1 Tipo de Pesquisa.....	51
3.2 Organização Estudada	53
3.3 Unidade de análise e Fonte das evidências.....	60
3.4 Principais instrumentos de coleta de dados	61
3.5 Protocolo do Estudo de caso.....	62
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	64
4.1 Tipos de decisão que são tomadas pelo gestor	64
4.2 Contribuições das informações contábeis.....	66
4.3 Informações contábeis utilizadas na tomada de decisão em relação à licitação.....	69
4.4 Informações contábeis para tomada de decisão em relação à execução Orçamentária	70
4.5 Informações para tomada de decisão em relação à execução financeira.....	71
4.6 Informações utilizadas para tomada de decisão em relação ao planejamento estratégico	72
4.7 Tipos de informações contábeis diferentes utilizadas para a tomada de decisão	73
4.8 A Informação que não é disponibilizada	74
4.9 Propostas para melhoria na evidenciação das informações contábeis para que se tornem mais úteis ao processo decisório na Universidade Federal de Rondônia	76
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICES I - Roteiro de entrevista com os gestores (Fase qualitativa)	98
APÊNDICES II - Relatório Técnico Tecnológico.....	99

1 INTRODUÇÃO

A informação produzida pela contabilidade é aquela que altera (ou deveria alterar) o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à organização e, a partir de suas interpretações, utilizá-la para tomar decisões e para solucionar problemas (VALENTE, 2014).

Assim, as teorias que envolvem a comunicação no campo do estudo contábil, possibilitam melhor análise que permite o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos fatos, razão pela qual tais teorias tornam-se bem-vindas (MESSIAS; FREITAS; ZANCHET, 2018). Pois, sabe-se que o processo decisório organizacional tem se tornado cada vez mais complexo, à medida que o conhecimento administrativo e a tecnologia avançam. Seja pela abrangência que os problemas organizacionais têm alcançado com o aumento do número de relações entre pessoas e organizações, o que faz emergir novas correntes do pensamento administrativo, ou pelo crescente desenvolvimento tecnológico, que permite às organizações trabalharem com um número de informações bem maior do que a capacidade de processamento humano (PORTON; LONGARAY, 2006).

Nas organizações, tanto gestores, administradores, colaboradores, como os profissionais contábeis, são responsáveis por gerar informações para a tomada de decisão e por decidir o que é melhor para a entidade. Essas decisões, que ocorrem a todo momento, desde escolhas mais simples até as mais complexas, tanto direta como indiretamente, impactam no desempenho e no futuro da organização (ALVARENGA *et al.*, 2014).

As universidades que são instituições de ensino que se destacam pela formação e pesquisa possuem certa autonomia e compartilham características com outras organizações prestadoras de serviço, no que diz respeito à gestão de pessoal e finanças, porém mantendo diferenças nas questões pedagógicas e de pesquisa. Nesse sentido, requer informação estratégica que apoie as decisões voltadas às questões relacionadas às particularidades da instituição (SHINTAKU; SUAIKEN, 2015).

Portanto, a tomada de decisão é importante para as organizações. Essa atividade acontece o tempo todo em todas as instâncias e influencia diretamente seu desempenho. O processo decisório é imprescindível e sua importância pode ser percebida ao analisar a organização (GONTIJO; MAIA, 2004).

Assim, no processo de comunicação da organização, a contabilidade torna-se fator essencial na tomada de decisões, ao permitir coletar dados mensurá-los monetariamente, fornecendo informações financeiras, econômicas e patrimoniais por meio das suas demonstrações e métodos utilizados para sua análise (ROSA, 2004).

Apesar da comunicação ser na maioria das vezes compreendida como sendo função básica da atividade contábil, ainda mais quando se reconhece que a missão da contabilidade é identificar, mensurar e comunicar os eventos que afetam o patrimônio das entidades, poucas pesquisas têm sido realizadas, nesse meio, no sentido de investigar se a linguagem utilizada na evidenciação permite uma compreensão satisfatória dos elementos que podem afetar as decisões econômico-financeiras dos usuários dessa informação (DIAS; NAKAGAWA, 2001).

Para Guimarães e Évora (2004) o processo decisório é considerado o meio pelo qual é caracterizado o desempenho da gerência. Independentemente do aspecto da decisão, esta atitude deve ser fruto de um processo sistematizado, que envolve o estudo do problema a partir de um levantamento de dados, produção de informação, estabelecimento de propostas de soluções, escolha da decisão, viabilização e implementação da decisão e análise dos resultados obtidos.

Vale ressaltar que uma das preocupações das organizações se relaciona com a dificuldade em classificar quais informações são relevantes para as decisões que se apresentam. Na grande disponibilidade de dados, têm-se desde informações das operações básicas da organização até relatórios mais complexos para o cumprimento de obrigações formais da entidade (PORTO; LONGARAY, 2006).

Ao passo que a todo instante as organizações necessitam tomar decisões, sendo estas rotineiras ou não, pois, em ambos os casos, as mesmas precisam ser eficazes. Estas decisões precisam ser tomadas com base em informações seguras e precisas para diminuir os riscos e as incertezas deste processo (SCHIFFMAN; KANUK, 2000).

Segundo Paulo (2007) a falta de publicidade e de transparência em relatórios de contabilidade, estão relacionados com problemas na qualidade da informação contábil, mesmo estas apresentando-se em consonância com as normas contábeis vigentes. Portanto, é complexa a conceituação de qualidade a qual é dependente dos objetivos dos seus usuários.

Mendonça Neto; *et al.* (2009) discorre que grande parte das atividades humanas, tomando as mais simples até as mais complexas, está associada a um processo de escolha, o que requer uma tomada de decisão.

E na visão de Magalhães *et al* (2015) a contabilidade deve prover a gestão com informações de qualidade incontestável e fidedigna, não somente para atender os princípios de contabilidade e legislação vigente, mas para que haja uma interpretação correta destas.

Cardoso, Lopes e Riccio (2008) em estudo realizado discorrem sobre a teoria da utilidade esperada, na qual as pessoas não avaliam o resultado de suas decisões pelo cálculo do valor esperado, mas sim por um valor subjetivo.

Fuji e Slomski (2003) defendem o chamado “subjetivismo responsável”, e citam estudos que mostram as características subjetivas do decisor, tais como a preferência e atitude perante o risco, assumem papel relevante no processo decisório. Para os autores o processo de tomada de decisão envolve uma grande quantidade de variáveis e aspectos subjetivos inclusive psicológicos, não podendo ser limitado à racionalidade e objetividade.

Fuji e Slomski ainda questionam a estrutura contábil tradicional em sua capacidade de fornecer informações úteis e preditivas aos usuários. Dado que a grande maioria dos usuários não está interessada em valores passados, e sim na capacidade preditiva das demonstrações contábeis. E ainda salientam que por estar fundamentada em valores históricos a estrutura tradicional, não atende plenamente às necessidades dos usuários dentro desse contexto (FUJI; SLOMSKI 2003).

Um estudo realizado por Strocher e Freitas (2008), sobre o uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas organizações, revelou que estas são restritas às obrigações legais e fiscais. Contudo verificou-se que para os contadores, todas os dados possíveis e necessárias às organizações eram informadas. Além disso, parte dos gestores entrevistados desconhecia quais elementos poderiam ser oferecidas pela contabilidade para auxiliá-los na tomada de decisão.

Ott (2004) contribui ao descrever que a vinculação da contabilidade com o ambiente organizacional no qual se está competindo, demonstra que esta, está subordinada e ao mesmo tempo influenciada pelo mesmo.

Neste sentido, a contabilidade evolui conforme o ambiente em que está, afeta e reflete as mudanças desse ambiente para prover aos usuários com as demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade da entidade objeto de contabilização, o que descaracteriza em definitivo a ideia de que a contabilidade tem função apenas fiscal e legal. O ator ainda destaca que cada área de atuação desta ciência atende a demanda de informações e usuários distintos, por exemplo, a área financeira

cabe o fornecimento de informações financeiras, fiscais e legais para usuários externos, como o governo (OTT, 2004). A contabilidade gerencial e de custos deve gerar informações para fundamentar a tomada de decisão dos gestores (usuários internos) enfocando a maximização dos resultados e a mensuração do desempenho dos departamentos, produtos e respectivos dirigentes (OTT, 2004).

De acordo Salvary (2005), a contabilidade tem sido referenciada como um processo de comunicação, quando o mais apropriado é designá-la como uma linguagem. Pereira; Frago e Ribeiro Filho (2005) associam a Teoria da Comunicação à análise da relação entre o emissor e o receptor da informação, visando melhorias no processo de comunicação das informações.

No processo de comunicação em contabilidade, o canal é representado pelas demonstrações e relatórios contábeis, cuja análise (ou interpretação) deve possibilitar aos diversos usuários uma tomada de decisão relevante, na qual a análise quanto a decisão podem ser afetadas pela quantidade e qualidade da informação (CINCA, 2000).

A oportunidade é uma qualidade desejada na análise das informações contábeis, de modo que a produção da informação deve ser feita no momento útil aos usuários e não com defasagem temporal significativa, haja vista que o seu valor diminui com o tempo. Corroborando com tal pensamento, Fuji e Slomski (2003) afirmam que, para ser útil a informação precisa estar disponível para o usuário antes de perder sua capacidade de influência.

A utilidade da informação contábil está cada vez mais associada à sua oportunidade e essa é uma característica gradativamente mais exigida pelos usuários, pois, conforme relatam Szüster, Szüster e Szüster (2005), a responsabilidade dos profissionais contábeis de fornecer informações oportunas aumenta em decorrência dos desafios do cenário contemporâneo. Portanto, no ambiente organizacional, a busca por informações para tomada de decisão é essencial para o êxito organizacional, pois, fazendo uso destas informações estarão aptos para progredir (FERREIRA *et al.*, 2013).

Segundo Ribeiro, Freire e Barella (2013), o frequente uso das informações contábeis pode influenciar os gestores na análise do comportamento econômico-financeiro de sua organização, na tomada de decisão com maior determinação e na estimativa de rendimentos vindouros para as organizações, podendo possibilitar melhoria consecutiva nos seus negócios e, assim sendo, aumentar de forma considerável as chances de sucesso.

Szuster; *et al.* (2011, p. 96) afirmam que “a relevância da informação contábil se verifica quando altera a compreensão do usuário, ajuda a avaliar as operações efetuadas e traz mudança no processo decisório, ou quando confirma o entendimento anterior”.

Deste modo, torna-se indispensável que os gestores estejam sempre dotados das melhores informações para a ocasião apropriada em que necessitam decidir sobre alguma prática acerca da utilização dos recursos que estão ao seu dispor, porque, se assim não procederem, podem deixar de ampliar o uso dos recursos e colocar em perigo o seguimento da organização (SILVA, 2010).

Cabe citar o trabalho realizado por Messias; Freitas e Zanchet (2018) buscaram analisar o processo de construção de informação contábil nas universidades federais brasileiras, sob a perspectiva dos contadores responsáveis pela elaboração dos relatórios contábeis. Os autores fizeram o levantamento de dados juntos aos contadores de 63 universidades federais. Usaram como sustentação para a elaboração do instrumento de coleta de dados e para as análises dos resultados as teorias da Comunicação e da Semiótica. E obtiveram que os contadores consideram fatores como a formação e as atividades desenvolvidas pelo usuário, a finalidade, prazos e o canal que melhor se adequa às necessidades dos demandantes, propiciando qualidades à informação produzida. Também comprovaram que os relatórios contábeis ainda não figuram entre os instrumentos apoiadores do processo decisório das universidades, uma vez que não apresenta demanda representativa em todas as organizações (MESSIAS; FREITAS; ZANCHET, 2018).

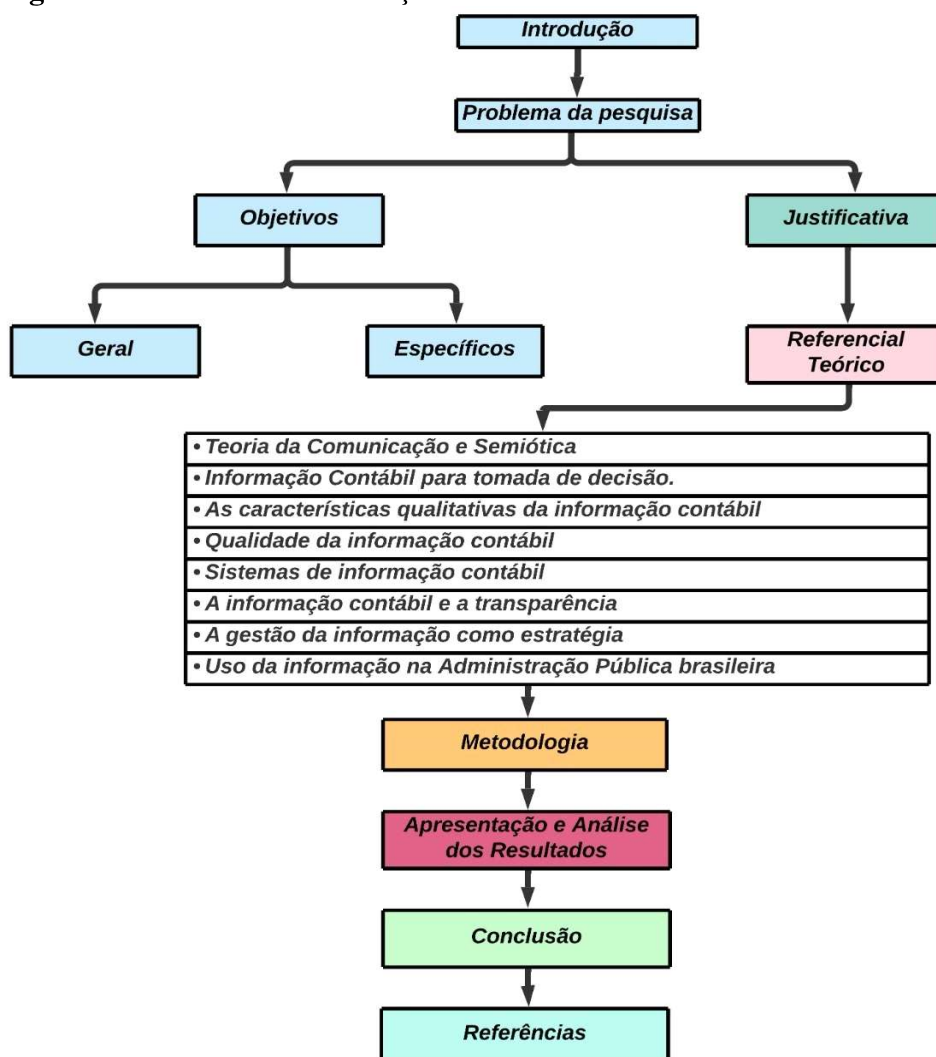
Segundo Martins e Carvalho (2013), a análise dos ambientes da informação contábil permite englobar, dentro da mesma ciência, trabalhos da linha normativa, positiva, sociológica, contabilidade como Ciência da Informação, linguagem (semiótica), sistema de informação, entre tantos outros que têm como objeto, direta ou indiretamente, os demonstrativos contábeis. Levando-se em consideração esses aspectos, Messias e Walter (2016) comentam que os relatórios contábeis são essenciais à atividade pública se exhibe como uma marcante lacuna de estudos, devido à importância que oferece para a gestão das organizações e da coisa pública.

Na presente pesquisa se propõem como objetivo geral identificar a utilidade atribuída às informações contábeis na tomada de decisão na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Tendo como unidade de análise a Pró-Reitoria de planejamento (PROPLAN) da UNIR, partindo do pressuposto que os pró-reitores de planejamento são os principais responsáveis pela tomada de decisão, principalmente as que dizem respeito

aos aspectos orçamentários e financeiros. Entende-se que utilização de informações contábeis é amplamente discutida e difundida na literatura sobre gestão de organizações. Esta também alcança a realidade das organizações públicas como auxílio na gestão e na sua continuidade.

A pesquisa em pauta possui relevância científica tendo em vista que é necessário tratar como essas informações estão sendo repassadas e se são de fácil entendimento possibilitando maior eficiência no processo decisório. A justificativa mais plausível é buscar identificar as utilidades desses dados para a tomada de decisão na UNIR. Busca-se também contribuir para o avanço das pesquisas científicas na área de administração pública, mais especificamente o uso da contabilidade pública para a tomada de decisão na UNIR ampliando o debate sobre o assunto. A seguir encontra-se a Figura 1 trazendo a estrutura desta dissertação.

Figura 1- Estrutura da dissertação



Fonte: Elaboração própria

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Os demonstrativos contábeis referentes à atividade pública apresenta relevância para a gestão das instituições e, especialmente da organização pública, que consequentemente impacta nos serviços dispostos para a sociedade. Contudo, o relatório contábil ainda não figura entre os instrumentos apoiadores do processo decisório das universidades, uma vez que não apresenta demanda representativa em todas as organizações. Diante da relevância do assunto, observa-se uma lacuna de investigação (MESSIAS; FREITAS; ZANCHET, 2018).

Partindo-se do pressuposto que a contabilidade é responsável em fornecer informações que atendam às diversas necessidades de seus usuários, com informações capazes de orientar os gestores no processo de tomada de decisão, restar saber: Qual a percepção dos gestores sobre as informações contábeis para a tomada de decisão?

A seguir são apresentados os objetivos que esse estudo se propôs, como também a justificativa para a realização dessa pesquisa.

1.2 Objetivo Geral e Específico

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão na percepção dos gestores da Fundação Universidade Federal Rondônia - UNIR

1.2.2 Objetivos Específicos

- Elencar quais as informações contábeis são apresentadas aos gestores;
- Verificar quais informações contábeis são demandadas pelos gestores
- Levantar como as informações contábeis são usadas na tomada de decisão
- Propor uma relação entre os sistemas de Gestão para a tomada de decisão e os principais demonstrativos contábeis

1.3 Justificativa

Na atualidade, a informação pode ser vista como um recurso indispensável para as organizações, sendo capaz de retratar uma vantagem competitiva para algumas instituições (BEUREN, 2000; McGEE; PRUSAK, 1994). Diversos autores tratam a relevância da informação para as organizações inseridas em um mercado progressivamente competitivo (BEUREN, 2000; DAVENPORT, 2000; GOLDRATT, 1991; McGEE; PRUSAK, 1994). A contabilidade proporciona à sociedade coletar, processar e relatar informação para uma diversidade de decisões, tanto administrativas como operacionais (STROEHER, 2005).

Diante dessa conjuntura, a contabilidade procura sempre aprimorar seus métodos e técnicas em concordância com o panorama atual, produzindo informações de qualidade, apoiadas nas imposições informacionais dos seus usuários em conformidade com os seus paradigmas decisórios (CAMPELO, 2007).

Para que as negociações sejam providas na forma certa e no momento oportuno, é indispensável que as organizações façam uso de informações fidedignas que dê alicerce aos dirigentes e, por conseguinte, o incremento da eficácia organizacional (FREITAS *et al.*, 2014).

E a informação para ser considerada uma exclusividade de algumas organizações, pessoas ou áreas específicas. Deve ser delegada a todas as pessoas que integram uma organização, pois desta forma todos os envolvidos, independentemente do cargo ou função, estarão alinhados, trazendo resultados positivos na esfera comunicativa (BECKER, 2017).

O tema abordado torna-se importante, uma vez que busca contribuir com a análise da gestão da UNIR no que concerne ao uso das informações contábeis na tomada de decisão. Os informes contábeis devem ser destinados a atender as necessidades específicas dos usuários, dessa forma, no sentido de melhor compreender a necessidade de informação dos gestores dessa universidade, foi proposto este tema.

No âmbito acadêmico, outro ponto favorável à escolha do tema é a possibilidade que o mestrado profissional proporciona em desenvolver um trabalho voltado para a realidade, conforme seus objetivos descritos no art. 1º:

Capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas, contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e disponibilizar instrumentos, modelos

e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública (Regulamento do PROFIAP, 2017).

Entende-se que a informação é um recurso crítico para o bom desenvolvimento dos processos de tomada de decisões estratégicas. As pesquisas realizadas sobre o tema explicitam e representam, nos modelos existentes, a importância desse recurso e a forma como é utilizado e gerenciado. No entanto, grande parte dos modelos de tomada de decisão presentes na literatura científica é abordada a partir de uma perspectiva geral do processo, aspecto plausível, uma vez que uma representação teórica e processual precisa do processo de decisão implica examiná-lo em toda a sua magnitude. Dessa forma, os gestores podem ter referências sólidas que ilustrem o funcionamento real e ideal do processo como um todo (CRUZ, 2010).

Porém, dada a natureza informacional do processo, pode-se entender que existe nos modelos de tomada de decisão um conjunto de especificidades e realidades associadas à informação e sua utilização, o que permitiria aos gestores exercer processos de decisão alcançando um tratamento adequado deste recurso. Isso é limitado, pois os modelos tradicionais e atuais se referem, em grande parte, a processos informacionais, fluxos de informação e certas capacidades e procedimentos de processamento de informação.

Segundo Paludo (2017), tanto pessoas quanto organizações vêm se utilizando de sistemas de informação (SI) para facilitar sua tomada de decisão, pois estas ferramentas são capazes de processar um volume enorme de dados e transformá-los em informações seguras, o que permite reduzir incertezas e elevar a assertividade das decisões.

Este estudo valoriza e amplia o conhecimento para melhor compreender a importância e os efeitos da contabilidade nas diferentes tomadas de decisões nas organizações públicas. Dessa forma a pesquisa objetiva colaborar para a melhoria da utilidade das informações contábeis na tomada de decisão na gestão da UNIR, por meio da proposta de intervenção desenvolvida no âmbito da dissertação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico foi abordado o valor atribuído às informações contábeis na tomada de decisão, as características qualitativas que compõem essa informação, a transparência das informações contábeis e como podem ser utilizadas como ferramenta estratégica nas organizações. Assim como, a teoria da comunicação e semiótica, o sistema de informação contábil, a gestão da informação como estratégia na tomada de decisões e o uso da informação na administração pública brasileira.

2.1 Teoria da comunicação e semiótica

A Semiótica se ocupa do estudo de todos os tipos de linguagem e a Teoria da Comunicação define parâmetros para avaliar o ato comunicativo, sugere que tais disciplinas podem contribuir para aumentar a eficácia da evidência contábil (DIAS FILHO, 2013).

Para Santaella (2001, p. 19), a interação semiótica tem como característica a congruência entre a mensagem do emissor e a interpretação do receptor, sendo essa característica um “critério adicional de distinção estabelecido em algumas definições de comunicação”, conforme a etimologia da palavra sugere que implica “um repartir comum de informação”.

Nas organizações, a comunicação ocorre de muitas formas: verbal ou não verbal, formal ou informal, mas a diferença está no tratamento de todas as informações geradas nesse processo de comunicação, na interação entre as áreas decorrentes do tratamento dessas informações: a produtividade passa a ser medida por meio do gerenciamento da comunicação, e não da produção de relatórios e outros tipos de bancos de dados (DIAS FILHO, 2013).

E ainda de acordo com o autor Dias Filho (2013) a contabilidade por ser como um processo de identificação, mensuração e comunicação que se desenvolve com o apoio de uma linguagem específica, pode-se aproveitar conceitos da semiótica para melhorar a qualidade da informação contábil. Portanto, a semiótica na contabilidade é importante para a eficiência do processo de comunicação.

Para Moraes, Magano e Merlo (2004, p.1):

O problema da comunicação é universal e atinge todas as áreas de conhecimento humano, principalmente no tocante a compreensibilidade da

informação a ser transmitida. Assim, sendo a Contabilidade uma ciência que tem por objetivo fundamental prover informação à tomada de decisão em diversos níveis, tanto interna quanto externamente às instituições, pode ser vista como ferramenta de gestão e principal linguagem de comunicação dos fatos econômicos e da influência direta nas atividades empresariais.

É por meio da comunicação que as organizações e seus membros trocam informações, formam entendimentos, coordenam atividades, exercem influência e socializam-se, além de gerarem e manterem sistemas de crenças, símbolos e valores contábeis (DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001).

É preciso reconhecer que a qualidade da informação pode ser comprometida consideravelmente quando os indivíduos encarregados da identificação e da interpretação dos eventos econômicos não conseguem perceber suas características relevantes (DIAS FILHO, 2013).

Barbosa et al., (2014) afirmam que, na área contábil, a Semiótica tem como finalidade subsidiar a compreensão sobre: (1) como as informações contábeis são apresentadas e comunicadas; (2) o significado das informações contábeis; e (3) a utilidade da informação contábil. Os autores lembram, ainda, que de forma não explícita, as abordagens da linguagem contábil estão presentes ao tentar explicar estas afirmações.

Dias Filho e Nakagawa (2001) em seus estudos buscaram demonstrar que os conceitos da Teoria da Comunicação podem contribuir no desenvolvimento de metodologias voltadas para identificar e corrigir problemas semânticos que afetam as informações contábeis. Ao final os autores concluíram que considerando que o processo de comunicação contábil incorpora os elementos conceituais da Teoria da Comunicação, observaram-se que a mesma realmente pode fornecer subsídios para o aprimoramento das informações contábeis, na medida em que expõe as funções inerentes a cada componente do ato comunicativo, bem como as relações que se estabelecem entre estes.

Portanto, o processo de comunicação de um profissional contábil deve ser planejado de acordo com o público-alvo que se deseja atingir, atendendo às necessidades que esse público exige. Deve-se, por isso, empregar uma linguagem de fácil entendimento e escolher os canais de transmissão, fazendo a análise dos impactos de suas ações, para minimizar os riscos e obter os resultados almejados das ações propostas (FORTES; PACHECO, 2015).

Ao passo que a função de informar é própria à contabilidade e ao processo contábil, assim, por correlação pode ser considerada um processo de comunicação, em que o contador atua como emissor, registrando e codificando fatos econômico-financeiros que afetem o patrimônio das entidades (SILVA; NOVAIS, 2013).

A Semiótica pode contribuir para o aprimoramento da contabilidade ao ser utilizada como ciência dedicada ao estudo dos signos, conduzindo para uma melhor percepção dos fatos econômicos que influenciam no desempenho das organizações (DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2012). Os autores ainda argumentam que a semiótica se preocupa com o estudo de todos os tipos de linguagem e, por esse motivo, pode contribuir para a eficácia da evidenciação contábil.

Para os autores, o modelo semiótico de comunicação é aquele em que a ênfase é colocada na criação dos significados e na formação das mensagens a transmitir. Para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente (DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2012).

Nessa mesma linha de raciocínio, Andriyani (2017) entende a contabilidade como uma linguagem, porque possui símbolos e outras características de linguagem e significados que podem ser identificados em qualquer idioma. Nesse cenário, a semiótica como teoria e análise de vários signos ou símbolos e significados é aplicada em conotações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Dias Filho e Nakagawa (2012) ressaltam que são muitos os estudos que indicam problemas quanto à compreensibilidade das informações e dos relatórios contábeis, em virtude das terminologias empregadas em sua construção, geralmente em desacordo com o perfil do usuário. Problemas como esses, presentes no elemento “mensagem”, são também objeto de estudo de ciências vinculadas às linguagens, como a Semiótica, em que se busca otimizar a compreensão do receptor da comunicação.

Segundo Silva e Novais (2012) a busca pelo saber/conhecer pressupõe, não apenas o conhecimento de técnicas para obter, compilar e analisar informações financeiras, mas também a capacidade de assimilar e compreender signos e linguagens de uma mensagem.

Como faz notar a Teoria da Comunicação, de acordo com Gouveia (2010), foi formulada por Claude Shannon (1948), que buscava delinear um modelo para solução de problemas de otimização dos custos presentes durante o processo de transmissão dos sinais.

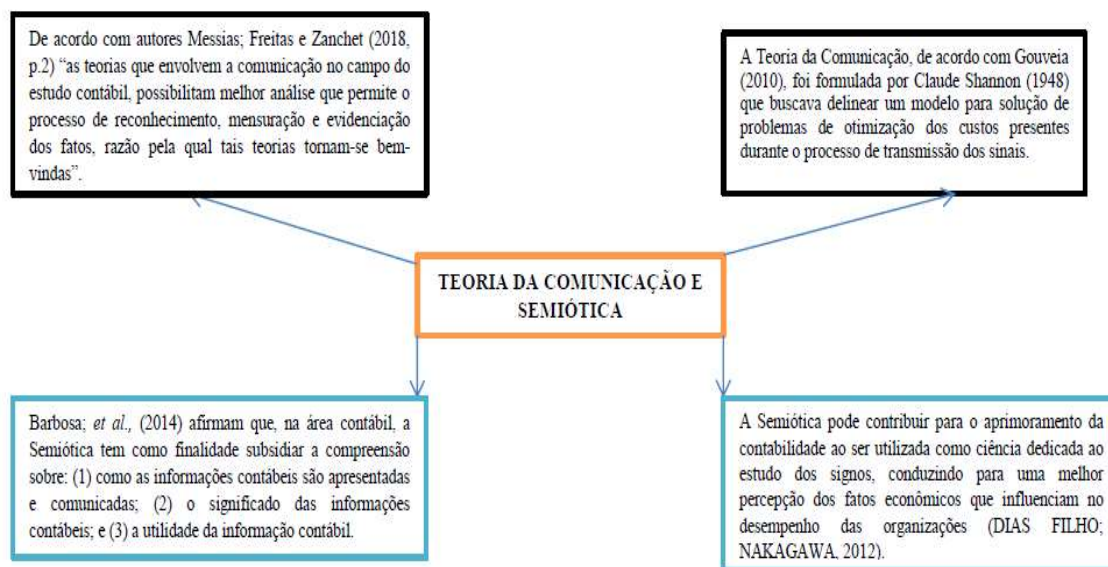
Predomina a noção de que a função primordial da comunicação é influenciar o comportamento do receptor da mensagem, de maneira que, se isso não ocorre, o processo da comunicação se mostra falho. Como o propósito da contabilidade é comunicar as informações de natureza econômica para seus diversos interessados, vários pesquisadores associaram a contabilidade à Teoria da Comunicação para aprimorar o processo de evidenciação contábil (GOUVEIA, 2010).

E de acordo com autores Messias; Freitas e Zanchet (2018, p. 2 e 3) “as teorias que envolvem a comunicação no campo do estudo contábil, possibilitam melhor análise que permite o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos fatos, razão pela qual essas teorias tornam-se bem-vindas”. Em seus estudos os autores comentam que: “a informação contábil relacionada à atividade pública apresenta grande relevância para a gestão das instituições e da coisa pública, que conseqüentemente impacta nos serviços dispostos para a sociedade”.

A importância do estudo da semiótica na contabilidade se deve, principalmente, na questão da codificação, pois para que o emissor informe o receptor é preciso utilizar um padrão semiótico comum para a mensagem (DIAS FILHO, 2013).

A figura 2 mostra uma síntese dessa teoria:

Figura 2 - Síntese da teoria a comunicação e semiótica



Fonte: Elaboração própria.

2.2 Informação contábil para tomada de decisão

A evidenciação da informação contábil é requisito fundamental para a consecução do objetivo principal da contabilidade: fornece informação para tomada de decisões. No entanto para que a evidenciação seja eficaz, deve-se entender o tipo de usuário para que se possa compreender como tais informações devem ser divulgadas e apresentadas. Embora as informações sejam repassadas de forma clara e precisa aos usuários, essa transferência só é possível quando prontamente interpretada pelo usuário (FARACO, 2015).

E sabe-se que a contabilidade vem passando por um processo de transformação, em que seu uso não se dá apenas por demonstrar a situação financeira e econômica da entidade, mas também para auxiliar os processos de tomada de decisão. Desta forma o contador deve apresentar-se como um intérprete das informações disponibilizadas, a fim de fazer com que os gestores consigam compreender o que de fato os relatórios contábeis buscam informar (MARION, 2009).

O objetivo primário das demonstrações contábeis é prestar informações sobre a posição financeira, o desempenho e as mudanças em tal posição de uma entidade que sejam relevantes para uma ampla variedade de usuários em suas tomadas de decisões econômicas (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB, 2017).

A contabilidade é utilizada para o tratamento de eventos econômicos, financeiros e patrimoniais de uma organização. Pode ser qualificada, também, como um sistema de informação, cujo objetivo é fornecer a seus usuários demonstrativos, relatórios e análises para a tomada de decisão. No entanto, para que a informação gerada e fornecida pelos sistemas contábeis de informação seja utilizada no processo administrativo, é necessário que seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da organização (PIONTKEWICKS *et al.*, 2014).

A qualidade da informação contábil tem sido discutida com muita intensidade quanto à utilidade informacional nos processos de tomada de decisão e de controle no âmbito das organizações administrativas. Essas discussões revelam a importância da contabilidade como mecanismo construtor de informação organizacional (OLIVEIRA; MÜLLER; NAKAMURA, 2000).

Nesse contexto, além de ser um objetivo da contabilidade, o fornecimento de informações sobre as mutações do patrimônio das organizações também expressa a

própria existência da contabilidade como decorrência da necessidade de se conhecer e controlar os componentes e as variações do patrimônio, riqueza imprescindível à satisfação das necessidades humanas e da vida em sociedade (OLIVEIRA; MÜLLER; NAKAMURA, 2000).

De acordo com Morale (2012), a tomada de decisão refere-se a resolver determinado problema de importância variada, que em muitas vezes, influencia no sucesso organizacional, que é por meio da tomada de decisão que ocorre a concretização de objetivos e o desenvolvimento da organização. O mesmo autor salienta que a tomada de decisão é o momento que o decisor irá selecionar o curso de ação, que lhe permitirá, de forma mais adequada, atingir os objetivos pré-determinados.

Mesmo a informação contábil sendo importantes na tomada de decisão, muitos usuários não conseguem compreender as informações veiculadas por meio dos demonstrativos contábeis por não conhecerem o significado de muitos termos que são utilizados na evidenciação de eventos econômicos e financeiros. Esse fato tem contribuído para uma precária interpretação das informações fornecidas nesses relatórios. Assim, essas informações não têm contribuído com a finalidade a que se propõe que é o de comunicação dos eventos econômicos. Advém daí a falta de compreensibilidade das informações contábeis (DIAS FILHO, 2000).

Segundo Oliveira, Müller e Nakamura (2000) para auxiliar a administração no processo decisório as informações contábeis devem possuir características tais como: utilidade, oportunidade, clareza, integridade, relevância, flexibilidade, completeza, possuir valor preditivo, além de ser direcionada à gestão.

Existe atualmente enorme facilidade em se obter dados, pois estão disponibilizados em grande volume por meio das tecnologias da informação. No entanto, é necessário que esses dados se submetam a um tratamento prático e criterioso que os transforme em informação relevante, capaz de oferecer suporte aos gestores na tomada de decisão (FREITAS, 2007).

O gerenciamento eficaz da informação é condição vital à condução de uma organização, mas apesar de haver abundância de informação esta não está sempre estruturada de forma a auxiliar a gestão no momento da decisão. Para estar bem informado se faz necessário que essa informação seja interessante, útil e estruturada de forma organizada e acessível (FREITAS, 2007).

Para Nascimento e Reginato (2008) a informação contábil é uma fonte para tomada de decisões e, por isso sua qualidade é essencial para os usuários que estão interessados na evolução da organização e na sua continuidade.

O usuário interno utiliza-se da informação contábil com o objetivo de gerir o negócio dependendo destas para a otimização do resultado dessa organização. Sendo assim, as informações contábeis podem proporcionar ao gestor subsídios para a tomada de decisão eficaz, e a sua falta pode dificultar a obtenção de resultados desejáveis.

Para que a informação seja útil deve ser compreendida e assimilada, o que não ocorre em áreas de grande complexidade. Dias e Vasconcelos (2015) defendem que a simples divulgação da informação é insuficiente, pois os órgãos da administração pública têm o dever da transparência e, portanto devem evidenciar informações que detenham características que confirmam qualidade a informação contábil, tais como: relevância, compreensibilidade, confiabilidade, comparabilidade, ante a ausência de tais atributos a informação pode influenciar negativamente o processo decisório dos usuários da informação.

O valor do uso da informação é avaliado por meio da pertinência, da utilidade e da adequação da informação elaborada. Convém ressaltar que a informação que interessa e que tem valor é aquela que, sendo crítica, também está em adequação com a capacidade de realização do demandador. O importante não é transmitir a maior quantidade possível de informação, mas fornecer apenas as necessárias, de forma compreensível, na relação custo/benefício otimizada, para que o usuário possa alcançar melhores resultados no processo decisório (DIAS, NAKAGAWA, 2001).

Por isso, a qualidade dos informes contábeis tem sido muito discutida quanto à utilidade informacional nos processos de tomada de decisão. Essas discussões revelam a relevância da contabilidade como ferramenta indutora de informação organizacional (ARAÚJO; CALLADO, 2020).

A utilidade dos demonstrativos contábeis é, por muitas vezes, reduzida em razão de influências significativas quanto ao seu objetivo, assim como, pelos problemas de agência caracterizados pela assimetria da informação, que tomam maior proporção no âmbito da administração pública (ARAÚJO; CALLADO, 2020).

Ainda segundo os autores uma vez que a contabilidade tem por missão facilitar a tomada de decisões, o mínimo que se pode esperar das demonstrações contábeis são informações claras e compreensíveis, a fim de que o usuário possa identificar as

alternativas de ação e selecionar a que mais se afine com seus objetivos (ARAÚJO; CALLADO, 2020).

Dias e Nakagawa (2001) trazem que se a informação for incompreensível de nada terá valido o esforço para produzi-la. E ainda mais, nesse caso, sequer deveria ser conceituada como informação, mas apenas como um conjunto de dados desprovidos de qualquer natureza semântica.

No processo de tomada de decisão deve se levar em consideração que este é um sistema de relações entre elementos de natureza subjetiva e objetiva, e ainda, é uma atividade humana, tão logo é sustentada nas noções de valor de cada indivíduo, em que o cognitivismo ajuda a entender o processo (PEREIRA; LOBLER; SIMONETTO, 2010).

Segundo Pereira; Lobler e Simonetto (2010) as variáveis cognitivas levam em consideração como as pessoas vão processar, transformar e utilizar as informações que recebem, e por mais que o indivíduo tente agir de forma racional, os fatores cognitivos os impedem de tomar decisões ótimas.

Como exemplos de fatores cognitivos pode-se citar as limitações de tempo, de compreensão, de percepção e de custos; a falta de informações importantes ou a simplificação, a limitação na memória humana para reter todas estas informações; e ainda a falta de critérios relevantes para resolver o problema (SAUAIA; ZERRENNER, 2009).

Muitos são os determinantes que interferem no processo de decisão e o desviam do que seria o “ponto ótimo”, dentre estes estão os vieses procedentes das estratégias de decisão. Outros aspectos como tempo, orçamento e emoções, que podem estar ligados à decisão, podem afetar a alternativa escolhida. Outro fator que se configura em um possível comprometedor da tomada de decisão é a forma como a informação é apresentada ou transmitida (BARRETO; MACEDO; ALVES, 2013).

A maior parte dos dados é processada por meio de sistemas de contabilidade, portanto, pode-se dizer que a contabilidade faz parte do sistema de informação de uma entidade, que fornece dados para facilitar a tomada de decisão. As informações que são processadas pelo sistema contábil referem-se ao patrimônio de uma organização em um determinado momento e sua evolução ao longo do tempo (NACCARATO, 2010).

Para Naccarato (2010) as informações atendem não só aos integrantes de uma Instituição, mas também a terceiros que interagem com esta. A contabilidade usa para

processar dados, uma técnica, um conjunto de regras que se destinam a registrar operações que são produzidos na organização.

Zar e Shahsavari (2012) mencionaram que a maior parte das informações nas instituições é contábil. Esta afirmação é sustentada pelo fato de que os sistemas de contábil incluem componentes e elementos de uma organização, que fornece informações aos usuários por meio do processamento de eventos financeiros.

Com base na função do relatório contábil, que é usado para fornecer informações para a tomada de decisões fundamentadas, e considerando os dois componentes da contabilidade, contabilidade financeira e gerencial, pode-se afirmar que a contabilidade tem uma função de demonstrativos internos, para a gestão da organização, e uma externa, para terceiros. Os relatórios contábeis muito específicos (EIERLE; SCHULTZE, 2013).

Dessa forma, a contabilidade gerencial pode exercer essa função porque os gestores devem obter informações de alta qualidade e adequadas de canais formais e informais para a tomada de decisão (Zare; *et al.*, 2013), e os dados financeiros provenientes da contabilidade são consideradas insuficientes (EIERLE; SCHULTZE, 2013) sendo a contabilidade gerencial que fornece essas que fundamentam a tomada de decisão tanto dentro quanto fora da organização.

Os contadores desempenham um papel crucial na elaboração de dados que podem subsidiar a tomada de decisões econômicas e financeiras. O sistema contábil, nos últimos anos, é considerado um sistema de informação, que não se limita aos dados e informes financeiros, mas incluem dados descritivos e quantitativos úteis na tomada de decisão dos usuários (HANIFI; TALEEI, 2015).

Esses usuários incluem investidores atuais e potenciais, fornecedores, credores, clientes, governos e o público em conjunto com a administração, que é sua responsabilidade de preparar os programas de contabilidade e exibi-los, essas informações devem ser capazes de atingir os objetivos das organizações (HANIFI; TALEEI, 2015).

As informações contábeis também podem ajudar os gerentes a entender suas tarefas com mais clareza e reduzir a incerteza antes de tomar suas decisões. Assim, este sistema é vital para todas as organizações, com ou sem fins lucrativos, mantenham suas informações integradas e conectadas (HANIFI; TALEEI, 2015).

Para contornar desastres financeiros por meio de decisões falsas e ineficazes, existe um grande conjunto de instrumentos financeiros, que estão disponíveis para

apoiar o processo de tomada de decisão. No entanto, os instrumentos de contabilidade implementados variam de uma organização para outra (HANIFI; TALEEI, 2015).

Uma ferramenta que se mostrou muito eficaz em uma organização pode falhar em outra. Diferentes informações são necessárias para diversos fins, portanto, as organizações devem se concentrar em vários mecanismos contábeis para apoiar seu processo de tomada de decisões (HANIFI; TALEEI, 2015).

No próximo tópico, apresentar-se-á as características qualitativas da informação contábil que atribuem valor à tomada de decisão.

2.3 As características qualitativas da informação contábil

Na estrutura conceitual trazida pelo o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R2), como forma de garantir a utilidade da informação contábil, é estabelecido que as características qualitativas devem ser aplicadas à informação contábil-financeira fornecida pelas demonstrações contábeis.

Para ser útil a informação deve ser relevante, material e possuir representação fidedigna. (características fundamentais). Em complemento, a informação útil pode possuir atributos de melhoria como: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (características de melhoria), (OLIVEIRA et al. 2014). Essas características são apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1-As características qualitativas da informação contábil

Características qualitativas fundamentais	Descrição
Relevância	A relevância é tida como a interferência das informações na tomada de decisão do usuário com base na análise do impacto de eventos futuros, presentes ou passados ou ainda na confirmação ou correção de avaliações anteriores. Para ser relevante, a informação contábil-financeira deve ser capaz de fazer diferença para o usuário na tomada de decisão.
Materialidade	A característica da materialidade é considerada como limite de reconhecimento. Representa um conceito permeável que se relaciona às características, especialmente, da Relevância e da Confiabilidade. É um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade.
Representação fidedigna	A informação contábil-financeira, além de ser relevante deve também representar com fidedignidade os fenômenos. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas.
Comparabilidade	A característica da comparabilidade envolve as características de uniformidade e consistência. A comparabilidade deve possibilitar ao usuário

	o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, em uma mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas em um momento dado.
Capacidade de verificação	Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.
Tempestividade	Para o Referencial Conceitual trazido pelo CPC 00R2 (2019) a tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. De modo geral, quanto mais antiga a informação, pode ser classificada como menos útil. Contudo, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, por exemplo, alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências.
Compreensibilidade	Para que seja compreensível é necessário que possua clareza e concisão ao caracterizar, classificar e apresentar a informação. Fenômenos muitos complexos às vezes são excluídos dos relatórios contábil-financeiros, para que seja mais fácil sua compreensão. A compreensibilidade é a capacidade de classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso tornando-as dessa forma compreensíveis. Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos. Algumas vezes, mesmo usuários bem informados e aplicados podem precisar buscar o auxílio de consultor para compreender informações sobre fenômenos econômicos complexos.

Fonte: CPC 00R2 (2019).

As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse feito (NBCTGEC, 2019).

As características qualitativas fundamentais devem ser obrigatoriamente observadas: a relevância e a representação fidedigna. De acordo com Alves (2002), a observância do conceito de relevância está condicionada a fatores como tempo, o tipo de usuário e o tipo de decisão a ser tomada. A representação fiel garante uma evidenciação fidedigna à informação contábil, de todos os fatos ocorridos no patrimônio das organizações de maneira segura (CAMPELO, 2007).

De acordo com a CPC 20 para a informação ser relevante, necessita ter valor preditivo para prognosticar futuros resultados e valor confirmatório para se demonstrar avaliações prévias, contudo não existe diferença entre os resultados divulgados antes e após a adoção do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são os pronunciamentos contábeis emitidos no Brasil (COSTA; AFONSO, 2015).

Relevância e confiabilidade são as duas qualidades principais que tornam as informações contábeis úteis para a tomada de decisões. Sujeito às restrições imposta por custo e materialidade, maior relevância e maior confiabilidade são as características que

tornam a informação uma mercadoria mais desejável, isto é, útil na tomada de decisão (FASB, 2008).

Se alguma dessas qualidades estiver completamente ausente, as informações não serão úteis. Embora, idealmente, a escolha de uma alternativa contábil deva produzir informações que sejam mais confiáveis e mais relevantes, pode ser necessário sacrificar algumas de uma qualidade por um ganho em outra (FASB, 2008).

Para serem relevantes, as informações devem ser oportunas e ter valor preditivo ou valor de *feedback*, ou ambos. Para ser confiável, a informação deve ter fidelidade representacional e deve ser verificável e neutra. A comparabilidade, que inclui consistência, é uma qualidade secundária que interage com relevância e confiabilidade para contribuir para a utilidade da informação (FASB, 2008).

As informações podem ser úteis e, ainda assim, muito caras para justificar seu fornecimento. Para ser útil e valer a pena fornecer, os benefícios da informação devem exceder seu custo. Todas as qualidades da informação mostradas estão sujeitas a um limite de materialidade, e isso também é mostrado como uma restrição (FASB, 2008).

As informações contábeis relevantes são capazes de fazer a diferença em uma decisão, ajudando os usuários a fazer previsões sobre os resultados de eventos passados, presentes e futuros ou para confirmar ou corrigir expectativas anteriores. As informações podem fazer a diferença nas decisões, melhorando a capacidade dos tomadores de decisão de prever ou fornecendo *feedback* sobre as expectativas anteriores (SANTOS, 1998).

Normalmente, a informação faz as duas coisas ao mesmo tempo, porque o conhecimento sobre os resultados das ações tomadas geralmente melhorará as habilidades dos tomadores de decisão de prever os resultados de ações futuras semelhantes (MARTINS, 2014).

Sem um conhecimento do passado, geralmente faltará a base para uma previsão. Sem interesse no futuro, o conhecimento do passado é estéril. A oportunidade, ou seja, ter informações disponíveis para os tomadores de decisão antes que perca sua capacidade de influenciar as decisões, é um aspecto auxiliar de relevância (MARTINS, 2014).

Se a informação não está disponível quando é necessária ou se torna disponível muito tempo depois dos eventos relatados que não tem valor para ação futura, perde relevância e é de pouca ou nenhuma utilidade. A atualidade por si só não pode tornar as

informações relevantes, mas a falta de oportunidade pode privar as informações da relevância que, de outra forma, poderiam ter (FONTANA, 2014).

As características qualitativas de melhoria procuram aperfeiçoar a utilidade de informações que são relevantes e representadas fidedignamente, auxiliando na determinação de alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade (LOURENÇO, 2014).

O processo mais eficiente e eficaz para aplicar as características qualitativas fundamentais é, normalmente, o seguinte: Em primeiro lugar, identificar o fenômeno econômico, informações sobre o que é capaz de ser útil para os usuários das informações financeiras da organização que reporta.

Em segundo lugar, identificar o tipo de informação sobre esse fenômeno que é mais relevante. Em terceiro lugar, determinar se essas informações estão disponíveis e se podem fornecer representação fidedigna do fenômeno econômico. Em caso afirmativo, o processo para satisfazer às características qualitativas fundamentais se encerra nesse ponto. Em caso negativo, o processo é repetido com o próximo tipo de informação mais relevante (NBCTGEC, 2019).

Percebe-se que com as características que a informação apresenta, esta pode ser considerada valiosa em qualquer processo ou rotina desenvolvida pela organização no tocante ao atingimento das metas propostas. Caso não apresente essas ou outras características, decisões equivocadas podem ser tomadas, ameaçando a continuidade da organização (OLIVEIRA, 2010).

Neste sentido, para a qualidade da informação é necessário aplicar características qualitativas de melhorias que envolvem identificar quais fatores poderão ser úteis para os usuários, identificar quais informações podem ser mais relevantes quando divulgadas, e determinar se a informação está disponível e pode ser representada com fidedignidade (CPC, 2011).

De acordo com Paulo (2002) as estruturas conceituais brasileiras *versus* internacionais não apresentam diferenças substanciais suficientes para se tornar inviável um processo de harmonização da informação contábil, já que a globalização da economia sinaliza uma postura cada vez mais exímia em relação à qualidade dessa informação.

Acredita-se que as informações contábeis dependem das características do país, inclusive culturais (WRONSKI; KLANN, 2020). Complementarmente, Dal Maso,

Liberatore e Mazzi (2016) oferecem indícios de influência da cultura nacional na relevância da informação contábil, mas não apresentam seu impacto direto.

Postulam que o engajamento de *stakeholders* está associado à avaliação das organizações e a relevância do resultado contábil, apontando que as consequências econômicas destas práticas dependem dos traços culturais do país em que a organização opera. Portanto, a contabilidade de uma determinada nação está ligada às instituições de apoio, que são influenciadas pela cultura nacional daqueles que os mantêm (CIESLEWICZ, 2014). Informações contábeis relevantes são capazes de fazer a diferença nas decisões dos usuários. As informações podem ser capazes de fazer a diferença em uma decisão, mesmo que alguns usuários optem por não tirar proveito delas ou já tenham conhecimento delas de outras fontes (BREDA, 2019).

O que se sabe é que cada tomador de decisão julga quais informações contábeis são úteis, e esse julgamento é influenciado por fatores como as decisões a serem tomadas, os métodos de tomada de decisão a serem usados, as informações já possuídas ou obtidas de outras fontes e a capacidade do tomador de decisão (sozinho ou com ajuda profissional) para processar as informações (MIGUEL; SILVEIRA, 2018).

As informações ideais para um usuário não serão as ideais para outro. Consequentemente, o Conselho, que deve tentar atender a muitos usuários diferentes ao mesmo tempo em que considera os encargos impostos àqueles que devem fornecer informações, constantemente pisa em uma linha tênue entre exigir a divulgação de muitas ou de poucas informações (MIGUEL; SILVEIRA, 2018).

As informações não podem ser úteis para os tomadores de decisão que não podem entendê-las, embora possam ser relevantes para uma decisão e confiáveis. No entanto, a compreensibilidade da informação está relacionada às características do tomador de decisão, bem como às características da própria informação e, portanto, a compreensibilidade não pode ser avaliada em termos gerais, mas deve ser julgada em relação a uma classe específica de tomadores de decisão. Portanto, para que as informações sejam utilizadas pelos gestores é preciso que eles a desejem e as considerem úteis (MAGALHÃES; LUNKES, 2000, p. 35).

2.3.1 Qualidade da Informação Contábil

O termo qualidade reúne diversos significados, que tentam defini-lo e associá-lo a algo que seja adequado ao uso, capaz de atender as necessidades das pessoas, que

cumpra um mínimo de conformidade com requisitos em seu processo de fabricação e que seja capaz de superar expectativas (CALAZANS, COSTA, 2009).

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00 R1) a qualidade da informação contábil deve ser útil no processo decisório, traduzindo de forma clara e objetiva as informações e eventos originados na organização. Portanto, a qualidade da informação contábil, nada mais é do que a junção de diversas características que formulam uma série de informações úteis e confiáveis para a tomada de decisões. De acordo com o CPC 00 (R1):

[...] se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível (CPC 00 (R1), item 15, 2011).

Pode-se dizer que a qualidade necessariamente depende da percepção de cada pessoa, pois é quem irá reconhecê-la e ao final avaliá-la, entendimento que se estende também quando o assunto é informação e informação contábil que, de acordo com Padoveze (2009, p. 52), “deve ser tratada como qualquer outro produto que esteja disponível para o consumo. Deve ser desejada, para ser necessária. Para ser necessária, deve ser útil”.

Para Beal (2012), a eficiência das decisões irá depender tanto da qualidade da informação fornecida quanto da capacidade dos tomadores de decisão de interpretá-la e usá-la na escolha das melhores alternativas. E de acordo com Niyama e Silva (2013) um dos pressupostos da qualidade das demonstrações contábeis é que a entidade está em marcha e continuará em operação em um futuro previsível. Para isso, a contabilidade deve dar o suporte necessário para tomada de decisão dos gestores a frente das organizações.

2.4 Sistemas de informação contábil

Os sistemas de informação são considerados uma das mais antigas hastes de informação devido à importância da informação contabilística para a realidade econômica e financeira e a relação da organização com o meio envolvente no qual os sistemas de informação contabilística desempenham um papel importante na manutenção e produção dos dados utilizados na organização para o planejamento,

avaliação e diagnóstico da dinâmica de trabalho e situação financeira (WESHAH; *et al.*, 2012).

E por meio do papel de destaque dos sistemas de informação contábil na gestão das instituições por meio do fornecimento de informações adequadas tanto à gestão da organização ou a terceiros interessados em tais informações (NASSER; SAMURAI, 2005).

Para tanto, os benefícios oferecidos pelos sistemas de informação contábil tornaram-se claros para atingir os objetivos dos processos administrativos incluindo auditorias e controle financeiro, e por meio desses sistemas as instituições fornecem sua posição financeira, caixa e despesas por intermédio de relatórios financeiros elaborados de forma adequada e forma apropriada para uso confiável em decisões (NASSER; SAMURAI, 2005).

O sistema de informação é um conjunto de componentes ou elementos interligados, que recebem e coletam dados, e a partir desse processo produzem as informações necessárias aos usuários, geralmente na forma de documentos e relatórios. Para garantir condições ótimas na entidade (unidades econômicas), a fim de que todos os operadores comerciais tomem decisões eficazes e adequadas, é necessário fornecer informações básicas, que auxiliem nesse sentido. Neste caso, devido ao seu papel especial, diferem as informações prestadas pela contabilidade (KRASNIQ; VOKSHI, 2017).

A contabilidade é um sistema de informação que produz relatórios sobre as atividades econômicas das unidades econômicas (entidade) para todas as partes interessadas *stakeholders*. Além disso, a contabilidade fornece informações sobre a situação econômica da unidade e seu desempenho por um determinado período de tempo. Essas informações vêm registrando em tempo e de maneira correta todas as transações econômicas apresentadas pelos números financeiros, que podem ser lidas e utilizadas pelos usuários. Portanto, o papel da informação na direção de um sistema econômico é muito grande (KRASNIQ; VOKSHI, 2017).

Todos aqueles que lidam com unidade econômica (entidade), estão interessados nas informações corretas e atualizadas, para poderem tomar decisões econômicas úteis. Como entidade (unidade econômica), é reconhecido como um grupo de pessoas organizadas de uma maneira particular para realizar tarefas específicas no contexto de atividades econômicas (KRASNIQ; VOKSHI, 2017).

As unidades econômicas (Entidades) podem ser unidades que têm por finalidade final a obtenção de lucro (unidades de negócios) e unidades com o objetivo de concretizar atividades de caráter social geral (entidades sem fins lucrativos). As unidades econômicas (Entidades) que visam maximizar os lucros são classificadas de acordo com o seu porte, e conforme com a forma jurídica de sua organização e por atividade econômica (KRASNIQ; VOKSHI, 2017).

Nas condições da economia global, as unidades econômicas de um país, incluindo o Brasil, se deparam com pressão sobre o aumento da concorrência, tanto de fatores internos quanto externos. Portanto, para se ter uma economia sustentável, é muito importante ter informações precisas e confiáveis fornecidas pelos sistemas de informação (KRASNIQ; VOKSHI, 2015)

O desenvolvimento econômico sempre solicitou e ainda exige um nível de informação que possibilite a correta orientação nos mercados nacional e internacional de diferentes organizações. Esses desenvolvimentos econômicos, em particular a globalização da economia, têm feito com que as decisões econômicas das organizações tomem cada vez mais importância internacional e, para efeito dessas decisões, um grande papel tem a informação contábil (KRASNIQ; VOKSHI, 2015).

Assim, a informação que é comunicada pela contabilidade é muito importante para seus usuários, como investidores, credores; estado etc., bem como para a capacidade das pequenas e médias organizações, pois tem valor para a tomada de decisão (BERISHA, 2012).

O papel da informação contábil é auxiliar os usuários na tomada de decisões econômicas e, como tal, essa informação pode ser classificada em três tipos diferentes de acordo com os benefícios para o usuário (BERISHA, 2012):

- A informação contábil é a informação compilada pelo quadro regulamentar existente;
- Informações orçamentárias são informações contábeis apresentadas na forma de orçamento, úteis para o planejamento interno, avaliação e tomada de decisão;
- Informações contábeis adicionais são outras informações preparadas pela unidade para aumentar a eficiência na tomada de decisões.

Em geral, sem dúvida, a informação contábil tem grande papel na tomada de decisão em todos os níveis da organização, mas um aumento semelhante no papel e na importância deve ser definitivamente associado com aumento de sua credibilidade (KRASNIQ; BERISHA, 2015).

A confiabilidade das informações contábeis é uma questão fundamental para o desenvolvimento do mercado de capitais. Quando os investidores não têm confiança em relatórios financeiros, isso necessariamente prejudica o desenvolvimento econômico e o mercado de capitais (KRASNIQ; BERISHA, 2015).

Uma vez que a contabilidade proporciona aos usuários da informação uma forma clara de ver o negócio, para ajudar os operadores de negócios a definirem claramente começam e terminam, para saber se alcançaram os objetivos. Em geral, os usuários de informações contábeis incluem investidores atuais e potenciais, funcionários, clientes, fornecedores e outros credores comerciais, governos e suas agências e o público (KRASNIQ; BERISHA, 2015).

Para Krasniq e Vokshi (2017) as informações contábeis são particularmente importantes para os funcionários (unidades econômicas) da organização, refletindo sobre a necessidade de serem informados sobre a situação financeira da unidade que está relacionada à possibilidade de aumentar seus salários e, em seguida, melhorar as condições de trabalhos existentes, o andamento geral dos negócios etc.

A informação é um recurso indispensável para o desenvolvimento bem sucedido e eficiente dos negócios. As informações comunicadas pela contabilidade são muito importantes para seus usuários, pois afetarão sua tomada de decisão econômica (KRASNIQ; VOKSHI, 2017).

Essas informações devem atender às características qualitativas; devem ser precisas, válidas e úteis para que os usuários confiem em sua qualidade e autenticidade. Informações precisas refletirão em um relatório financeiro confiável e isso resultará no fortalecimento da posição financeira da unidade econômica, identificará os riscos a tempo e os administrará e permitirá a condução de investimentos (KRASNIQ; VOKSHI, 2017).

2.5 A informação contábil e a transparência

Com a necessidade de se estabelecer novas formas de administrar o setor público, ocorreram mudanças na natureza da prestação dos serviços, nas estruturas de trabalho e na relação entre o cidadão e o gestor público, surgindo a importância da transparência na informação da gestão pública. Esse movimento teve início a partir da Lei Complementar (LC) nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), a qual foi atualizada pela Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e finalmente com

a Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527/2011 (regulamenta o direito do cidadão à informação pública).

Segundo Mendonça (2017), o acesso à informação pública é tratado como um direito e garantia fundamental do cidadão em diversas convenções e leis e, com a sanção da Lei nº 12.527/2011, surgiu uma ferramenta que permitiu a ampliação da participação da sociedade e fortalecimento dos instrumentos de controle da gestão pública, tornando o seu acesso como regra e o sigilo a exceção.

Por sua vez, a LC nº 131/2009, estabeleceu normativas que tratam da importância da transparência nos órgãos públicos. Em seu artigo 48, inciso II, assegurou à sociedade o conhecimento e acompanhamento, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (CLAD, 2000).

Dessa forma para atingir a eficiência e a eficácia na administração pública é necessário flexibilizar a administração e aumentar a *accountability*. Nesse contexto, é fundamental para uma instituição, comprometida com a transparência e a legalidade, divulgar dentre seus relatórios de gestão, a sua informação contábil da maneira mais fidedigna possível (CLAD, 2000).

A Lei de Acesso à Informação também implica em um número mínimo obrigatório de informações a serem divulgadas, dentre as contábeis, financeiras e orçamentárias como objeto de transparência ativa. Os artigos 7º e 8º da referida lei preveem, dentre outros, dados pertinentes a repasses ou transferências de recursos financeiros, despesas públicas, administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos, além de informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo do governo (GAMA; RODRIGUES, 2016).

Na realidade, os portais de transparência têm disponibilizado, primordialmente, as informações contábeis, pois seu sistema tem a finalidade de coletar os dados, classificá-los e mensurá-los monetariamente de forma a sintetizá-los em relatórios contábeis, a base para as auditorias nas instituições públicas para a prestação de contas (GAMA; RODRIGUES, 2016).

Segundo Oliveira; et al., (2013) no âmbito das universidades federais, as quais são parte do setor público, é preciso considerar o relevante papel social dessas instituições. Considerando a sua missão de geração e disseminação do conhecimento e

sua vocação como potencial gerador de transformações sociais, tornam-se relevantes as pesquisas nessa temática.

Para Platt Neto; et al., (2006) mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência nas universidades públicas constituem igualmente uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população. Potencialmente, a atitude poderá servir de estímulo aos estudantes, professores e demais servidores, contribuindo para o hábito de solicitar esclarecimentos às entidades governamentais.

Uma das formas de se ter acesso às informações das universidades federais é por meio de seus Relatórios de Gestão (RGs). O Tribunal de Contas da União (TCU) instituiu o Registro Geral (RG) pela Resolução TCU nº 206/1980 (BRASIL, 1980), no entanto, passou a ser exigido das autarquias e fundações, da administração indireta, a partir de 1994 (BRASIL, 1994).

Registra-se que a exigência do RG como peça que integra a prestação de contas pelas entidades mantidas pelo poder público federal, está contida na Lei nº 8.443/1992 (BRASIL, 1992). No entanto, foi pela Instrução Normativa (IN) TCU nº 63/2010 (BRASIL, 2010), que se regulamentou a forma de organização e de apresentação dos RGs da Administração Pública Federal a serem disponibilizados a partir de 2010.

A informação administrada pelo estado é um bem público e sua evidenciação deve ser por iniciativa da administração pública, de forma espontânea, proativa, independentemente de qualquer solicitação, ou seja, transparência ativa, como definido em lei. Cabe, desse modo, às instituições públicas identificar aquilo que é mais demandado pela sociedade e disponibilizar proativamente na Internet e/ou outros meios, a fim de facilitar que os interessados encontrem essa informação evitando custos para ambas as partes (ZORZAL; RODRIGUES, 2015).

Para que o cidadão possa compreender os dispositivos da gestão, o governo deve prover meios para que esse objetivo seja atingido, garantindo assim a influência do cidadão no processo de tomada de decisão, assegurando ao mesmo o acesso à informação compreensível e simples, sendo este considerado o início para uma ampla transparência (SILVA; GOUVEIA, 2020).

O controle social, para ter sua efetividade plena, necessita ter por subsequente, as informações públicas disponibilizadas e acessadas pelo cidadão. Essa disponibilização de informações públicas implica na chamada transparência da gestão governamental, indispensável para se exercer a democracia, por meio do que o gestor

público leva à sociedade essa informação, e a sociedade, fazendo uso desses dados, se conscientize que o bem público pertence a todos e dessa forma contribua para o bem-estar coletivo (SILVA; GOUVEIA, 2020; FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2013).

A transparência pública começa a se estender para além da linha legal e fiscal e passa a abordar outros aspectos da gestão pública como desempenho, pessoal, controles internos, entre outros. Essa ampliação traz novos requisitos para a *accountability*, via órgãos de controle, que passam a avaliar se, efetivamente, as informações públicas estão acessíveis ao cidadão seja via relatórios fiscais, portais eletrônicos de transparência e relatórios de gestão anuais (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015).

O processo de transparência no setor público, principalmente, no novo cenário de universalização de padrões e conceitos contábeis torna-se cada vez mais pertinente, pois a divulgação da informação pública, compatível com as boas práticas de evidenciação, seja via relatórios de gestão anuais, fiscais ou portais eletrônicos, proporciona um valioso *feedback* tanto para os órgãos de controle como para o cidadão (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015).

Sendo os órgãos de controle com a finalidade de fiscalizar o desempenho da gestão pública, em consonância com os princípios constitucionais vigentes, e o cidadão, exercendo assim o controle social, para avaliar se os atos públicos estão sendo praticados com eficiência e se correspondem aos anseios do cidadão (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015).

Para alcançar o que se propôs essa dissertação, tratar-se-á a seguir das Unidades da UNIR, sabe-se que as informações e notícias de todas as unidades da UNIR são enviadas para a assessoria, que analisa previamente antes de fazer a publicação.

Dependendo do tipo de informação, a publicação pode ser feita: no boletim de serviços, no espaço para notícias e eventos, pode ser publicada também nas notícias em destaque.

Sendo que algumas ficam tanto no Portal da UNIR, a Figura 3, como no sítio eletrônico da unidade.

Figura 3 - Portal Eletrônico Oficial da UNIR.

The image shows the official website of UNIR (Fundação Universidade Federal de Rondônia). The top navigation bar includes the UNIR logo, the year 2022 with the slogan 'com Afeto e Paz', and contact options like 'Webmail' and 'Telefones'. A search bar is also present. Below the navigation, there are several menu items such as 'Acadêmico', 'DIRCA', 'Servidor', 'Concursos e Vest.', 'Biblioteca', 'Periódicos', 'Licitações', and 'Ouvidoria'. The main content area features a large banner with a photo of a woman and the text 'MENSAGEM DE FIM DE ANO DA REITORA MARCELE PEREIRA À COMUNIDADE ACADÊMICA'. Below this, there are three smaller banners: 'PREVENÇÃO AO COVID-19 Protocolos de Biossegurança', 'CALENÁRIO ACADÊMICO', and 'CONTINUAMOS TRABALHANDO POR VOCÊ!'. The 'Notícias' section lists several news items with dates, such as '30/12/21 PS UNIR 2021 - Matrículas da 6ª Chamada acontecem na próxima semana'. The 'Comunicados' section lists official communications, including '30/12/21 Reitoria - Antecipação do feriado de Criação e Instalação do Estado de Rondônia'. The footer contains various logos and contact information, including 'EDUFRO', 'REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL', 'PERIÓDICOS UNIR', 'COMISSÃO ÉTICA', and 'SECCONS Conselhos Superiores'. A copyright notice at the bottom reads '©Copyright 2012 - Portal Institucional - Todos os Direitos reservados'.

Fonte: Portal UNIR (2021).

Atendendo ao princípio da publicidade de seus atos de gestão administrativa, por meio desse instrumento eletrônico de divulgação, a UNIR visa divulgar para amplo conhecimento e acompanhamento da sociedade, as informações referentes à execução orçamentária e financeira, de pessoal, licitações e contratos, dentre outras referentes à administração de recursos públicos desta Instituição Federal de Ensino Superior.

A figura 4 apresenta o Portal de Transparência e prestação de Contas da Unir, disponibilizado ao público.

Figura 4 – Portal de Transparência e prestação de Contas da UNIR



=

01 Institucional	02 Governança	03 Planejamento, Estratégia e Ações
04 Relatórios de Gestão	05 Informações de Desempenho	06 Painel Raio-X
07 Visão Geral UNIR	08 Repasses e Transferências de Recursos Financeiros	09 Execução Orçamentária e Financeira
10 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	11 Licitações e Contratos	12 Servidores e Remunerações
13 Atos Administrativos e Normativos internos	14 Seleção, Concursos e Vestibulares	15 Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC

• CLIQUE AQUI para responder nossa PESQUISA DE SATISFAÇÃO.

Fonte: <https://transparencia.unir.br/homepage> (2021).

2.6 A gestão da informação como estratégia

A importância da informação para as organizações já é unanimemente aceita. No entanto, para que a informação seja eficaz, necessita ser gerenciada. Além disso, o gerenciamento eficaz permite identificar a informação que a organização precisa obter e a maneira de utilizá-la do modo mais eficiente possível (CALAZANS; COSTA, 2009).

O uso da informação pelas organizações é considerado um dos recursos mais importantes para garantir a competitividade. A informação é criada, tratada e transferida às organizações, sendo a eficiência desse processo a garantia do bom desempenho e da ascensão da organização para níveis mais elevados de competitividade (CALAZANS, 2006).

Ainda segundo a autora, a informação organizacional possui peculiaridades e dimensões específicas. Uma de suas subdivisões é a informação estratégica, que tem como principal objetivo o uso de dados, informação e conhecimento para proporcionar a soma de valor a produtos e/ou serviços, garantindo a sobrevivência da organização.

Para Nascimento e Reginato (2007) a gestão da informação é a principal ferramenta para o controle de todos os recursos que entram, são transformados e saem de uma organização, considerando-a também com elemento fundamental para a tomada de decisões.

Os referidos autores ainda entendem que para que a informação seja útil deve chegar ao usuário no momento certo e ser adequada às suas necessidades. E ainda, é mais interessante buscar qualidade e não quantidade de informação, sendo que o ideal é possuir informações adequadas, oportunas e a custo compatível com o seu benefício. Por isso, para que uma informação seja útil ao processo decisório deve ser relevante, precisa, confiável, tempestiva e flexível, visando o suprimento das necessidades da gestão, assumindo assim, contornos estratégicos para a organização (NASCIMENTO; REGINATO, 2007)

De acordo com Abib; Bulgacov e Amorim (2007), a informação pode ser avaliada como um fator de competitividade e como competência exclusiva da organização é difícil de ser imitada pelos concorrentes e a vantagem competitiva se dá pelo modo de uso e a interpretação feita pelas pessoas.

Para Cândido; Valentim e Contani (2005) a gestão estratégica da informação é crucial para as organizações se tornarem competitivas. A inexistência de uma estrutura organizacional sensível e atenta à gestão da informação impede a sinergia entre os diferentes setores, tanto em virtude do excesso como da falta de informação, ou mesmo o acesso de forma inadequada aos conteúdos informacionais pode levar os membros da organização a trabalhar com elevados níveis de tensão e imprecisão.

Ainda segundo Cândido; Valentim e Contani (2005), os tomadores de decisão necessitam de informações precisas e rápidas no processo de tomada de decisão. Dessa forma, torna-se imprescindível que as organizações desenvolvam uma cultura

organizacional voltada para a gestão da informação. Cabe destacar que a organização terá que trabalhar no desenvolvimento de implementos tecnológicos, como os sistemas de apoio à decisão, que contribuam no processamento das informações transformando-as em formatos inteligíveis, permitindo a interpretação dos fenômenos organizacionais e formação de novos signos, por parte dos tomadores de decisão.

A gestão da informação em uma organização pública deve ter como guias: a visão de futuro; a missão; e os objetivos institucionais; expressos por leis e regulamentos aos quais a instituição deve obedecer.

Para Rezende e Abreu (2001, p. 3) "a formulação estratégica de qualquer negócio sempre é feita a partir das informações disponíveis, portanto, nenhuma estratégia pode ser melhor que a informação da qual é derivada". Nesse sentido, observa-se que, quanto melhor for a gestão estratégica da informação, maior será a chance de a organização manter-se competitiva.

Santos (2000, p.1) afirma que "O tomador de decisões necessita de informações relevantes, mas, antes de tudo, precisa de dispositivos de filtros, pois está exposto a uma massa infinita de informações irrelevantes, muitas, que ele mesmo solicitara".

Para Oliveira e Bertucci (2002, p.9), os objetivos da gestão estratégica da informação são:

- a) promoção da eficiência organizacional de forma a organizar e suprir as demandas por informação vindas de dentro e de fora;
- b) planejamento de políticas de informação;
- c) desenvolvimento e manutenção de sistemas e serviços de informação;
- d) otimização de fluxos de informação;
- e) controle da tecnologia de informação.

Todas as estratégias giram em torno de escolhas e ênfases. Uma organização, ao ser criada ou quando busca o seu desenvolvimento econômico e patrimonial, promoverá um processo de escolha, precisará optar pelo tipo de negócio a que pretende se dedicar ou ampliar, que produto produzirá que mercado buscará atingir. Consequentemente, precisará de informações que indiquem o norte a ser seguido, que indique qual é o melhor caminho, propiciando maior segurança para o desenvolvimento das ações estratégicas ou não estratégicas (CÂNDIDO; VALENTIM; CONTANI, 2005).

A utilização das informações contábeis atende a uma infinidade de demandas gerenciais, seja para formação dos preços de vendas, investimentos, lucratividade, identificarem quando há necessidades de recursos de terceiros para financiar o capital de giro e/ou ativo imobilizado. Quando utilizada de forma estratégica, provê informações

acerca do desempenho financeiro, econômico e competitivo de longo prazo, condições de mercado, preferências dos clientes e novas tecnologias (ATKINSON *et al.* 2000).

2.7 Uso da informação na Administração Pública Brasileira

O acesso à informação pública, em seu contexto histórico, teve seu primeiro marco legal para acesso a informações de interesse público registradas na Suécia em 1766, por meio de um conjunto de ações que tem em vista dar visibilidade às decisões do tribunal (FERREIRA; MACHADO, 2013).

O setor público vive uma fase de maior controle pelo cidadão, assim a transparência surge como uma obrigação. A definição e a racionalização das informações são de fundamental importância para o alcance dos objetivos das organizações; para o setor público, tais organizações cuidam de informações em nome do governo e devem cumprir certas obrigações perante a sociedade. Assim, “a compreensão e o estudo dos fluxos de informações como processos que agregam valor à informação podem ser explorados para a promoção da governança no setor público” (MIRANDA, 2010, p. 97).

De acordo com Miranda (2010), a gestão da informação em uma organização pública deve ter como roteiro a visão de futuro, a missão e os objetivos institucionais expressos por leis e regulamentos, aos quais a instituição deve obedecer. Prover informação de qualidade deve resultar em serviços que atendam às necessidades dos cidadãos, conquistem a confiança pública e a credibilidade; aumentem a produtividade; e reduzam os custos da administração pública.

Um sistema de contabilidade consiste em pessoal, procedimentos, tecnologia e registros usados por uma organização para desenvolver informações contábeis e comunicar essas informações aos tomadores de decisão. Para Barbosa (2008), a obtenção e uso da informação são fatores de transformações sociais e econômicas. O autor defende a necessidade de uma perspectiva integradora da gestão da informação e do conhecimento nos ambientes organizacionais, contribuindo, assim, para a competitividade dessa organização.

Petró (2008, p. 64) expõe que “a riqueza do homem é medida pelo grau de conhecimento que detém através da transformação da informação”. Assim, para garantir o devido uso da informação, é necessário agregar valor e, para isso, é importante que a informação esteja de acordo com o contexto em que se encontra a organização, que seja

correta e completa, com riqueza de detalhes e precisão, no formato adequado, disponibilizada no momento e propósito oportuno e no local correto.

Petró (2008, p. 80) ressalta que, “[...] de forma geral, o acesso à informação por meio das fontes necessita de habilidades para ativar o processo de identificação e seleção das informações relevantes”. Cada organização procura obter conhecimentos de fontes externas e internas, mas cada uma tem sua maneira de utilizar a informação, sobretudo por causa da complexidade organizacional e dos diferentes fluxos administrativos em que cada organização está envolvida.

Trabalhar a informação de modo a atender a todas as pessoas é um desafio constante dos meios de comunicação das organizações; fazer-se entender de forma clara, sem ambiguidades requer uma avaliação criteriosa dos meios e um profundo conhecimento do público alvo (CALAZANS, 2010).

A informação permeia os ambientes organizacionais e são responsáveis por contribuir para que a tomada de decisão responda às expectativas da empresa. Cada vez mais, o valor da informação tem sido percebido nas organizações, e, conforme Moresi (2000, p.24), “o valor da informação é uma função do contexto da organização, da finalidade de utilização, do processo decisório e dos resultados das decisões”.

Para Oliveira (1992) o uso da informação auxilia no processo decisório, pois quando devidamente estruturada é de crucial importância para a empresa, associa os diversos subsistemas e capacita a empresa a impetrar seus objetivos. A informação é um instrumento de valor que, se trabalhada de forma eficaz, torna-se responsável por agregar ainda mais valor à organização. Esse valor deve ser medido pela liderança, a partir de uma análise de obtenção de resultado ocorrido mediante da informação transmitida.

Choo (1998) coloca o uso da informação como elemento relevante do planejamento estratégico, fundamental e determinante do processo de tomada de decisão; se inconsistente, desencadeia sucessivas dificuldades de acerto, os processos tendem a dar errado e os prejuízos provenientes de decisões incertas começam a comprometer o resultado das organizações em todas as suas áreas.

Cruz (2010) aponta que, dentro de uma perspectiva informacional e de relevância da informação contábil, as demonstrações financeiras são as fontes de comunicação e informações úteis para a tomada de decisão dos usuários das organizações sem fins lucrativos.

Dessa forma, é possível apontar ainda que por meio dos relatórios financeiros ocorre a prestação de conta dessas instituições. A informação contábil útil é capaz de fornecer a seus usuários evidências que sejam úteis no processo de tomada de decisão (CRUZ, 2010).

No capítulo a seguir será apresentada a metodologia utilizada para realização dessa dissertação.

3 METODOLOGIA

Para análise dos dados coletados foi complementado o estudo com uma pesquisa documental, com base nos documentos técnicos e organizacionais citados pelos entrevistados, a fim de evidenciar os relatos descritos nas entrevistas. De acordo com Gil (2002, p. 62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa documental é importante à pesquisa qualitativa, pois os dados obtidos além de complementar alguns elementos cruciais ao estudo, servem como meio de validação das respostas dos entrevistados, aumentando o grau de informação sobre o papel da organização da sociedade civil para o fomento à transparência e ao controle social (VASCONCELOS, 2013).

3.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa é classificada segundo sua natureza como uma pesquisa aplicada, pois, segundo Gil (2008, p. 27) pesquisa aplicada tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.

Para Thiollent (2009, p. 36):

A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Respondem a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições”.

Esta pesquisa segundo a finalidade se caracteriza como uma pesquisa exploratória, pois segundo Gil (2017), as pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador. Ainda o autor, as pesquisas exploratórias mais comuns são os levantamentos bibliográficos, porém, em algum momento, as maiorias das pesquisas científicas passam por uma etapa

exploratória, visto que o pesquisador busca familiarizar-se com o fenômeno que pretende estudar (GIL, 2017).

A análise dos dados foi realizada com base no problema de pesquisa e visando alcançar o objetivo evidenciado, desenvolveu-se a presente pesquisa com uma abordagem qualitativa (RICHARDSON, 1999). Para Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa qualitativa é uma forma de captação direta de dados para interpretação de fatos e atribuição de significados.

E quanto à modalidade esse estudo se caracteriza com um estudo de caso. A abordagem de estudo de caso não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa (HARTLEY, 1994).

Nesse sentido, Voss, Tsikriktsis e Frohlich (2002) destacam que os estudos de casos podem ser usados para diferentes fins nas pesquisas da área de Administração.

Segundo Yin (2010, p. 32), estudo de caso é o método mais adequado no exame de eventos contemporâneos, nas situações em que os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, adicionando-se duas fontes de evidência normalmente não incluídas no método histórico: observação direta dos eventos estudados e entrevista.

O estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos (YIN, 2010, p.32).

Para realizar este estudo de caso foi definida como unidade de estudo a Pró-Reitoria de Planejamento-PROPLAN. Para tanto, realizou-se entrevistas semiestruturadas para coletar os dados junto aos entrevistados estratégicos considerando a arcabouço técnico que acumularam nesses anos de experiência na instituição em estudo, especificamente no departamento em análise.

Esta pesquisa se justifica como introdução a um estudo mais apurado, considerando que a pesquisadora é participante da Unidade de Estudo e pode identificar entrevistados estratégicos para realizar um estudo mais apurado dos elementos contábeis utilizados na gestão organizacional.

Gil (2008) esclarece que o delineamento da pesquisa de Estudo de Caso pode ser subdividida em quatro fases: delimitação da unidade; coleta de dados; seleção análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório. Desta forma, utilizaremos o protocolo do método do estudo de caso proposto por Toledo e Chiaishi (2009) o qual será

composto pelos elementos: organização estudada, unidade de análise; fontes de evidencia; principais instrumentos de coleta de dados; e executor da pesquisa. Esse protocolo corresponderá de forma objetiva as duas primeiras etapas propostas por Gil, os quais serão detalhados abaixo:

3.2 Organização estudada

Dois motivos foram determinantes para a escolha da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como base do estudo de caso em profundidade. Um dos aspectos considerados é o da conveniência como critério de escolha tendo em vista que a pesquisadora é servidora da instituição há oito anos e o segundo aspecto considerado é o da UNIR, no segmento da educação pública de ensino superior. E pelo fato de os entrevistados também estarem mais de oito anos como servidores da Instituição.

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é a única universidade pública federal de Rondônia. Foi criada em 1982 pela Lei nº 7011, de 08 de julho, após a criação do estado pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981. Hoje, a UNIR possui oito campi, localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena, demonstrado na Figura 5.

Figura 5 – UNIR por Campus e Total de Cursos de Graduação



Fonte: Cplan/DPDI/PROPLAN e PROGRAD

As universidades federais se caracterizam pela sua natureza autárquica que detêm autonomia didática e administrativa para gerirem a coisa pública de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dispostos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988.

A estrutura da gestão universitária é geralmente composta por servidores docentes e técnicos investidos em cargos administrativos que executam atribuições voltadas para a gestão de bens e interesses públicos da coletividade e melhoria da qualidade da prestação do serviço. Diante disto cabe refletir sobre a designação dos cargos, funções e atribuições que o compõem, bem como o perfil do profissional que a IFES forma.

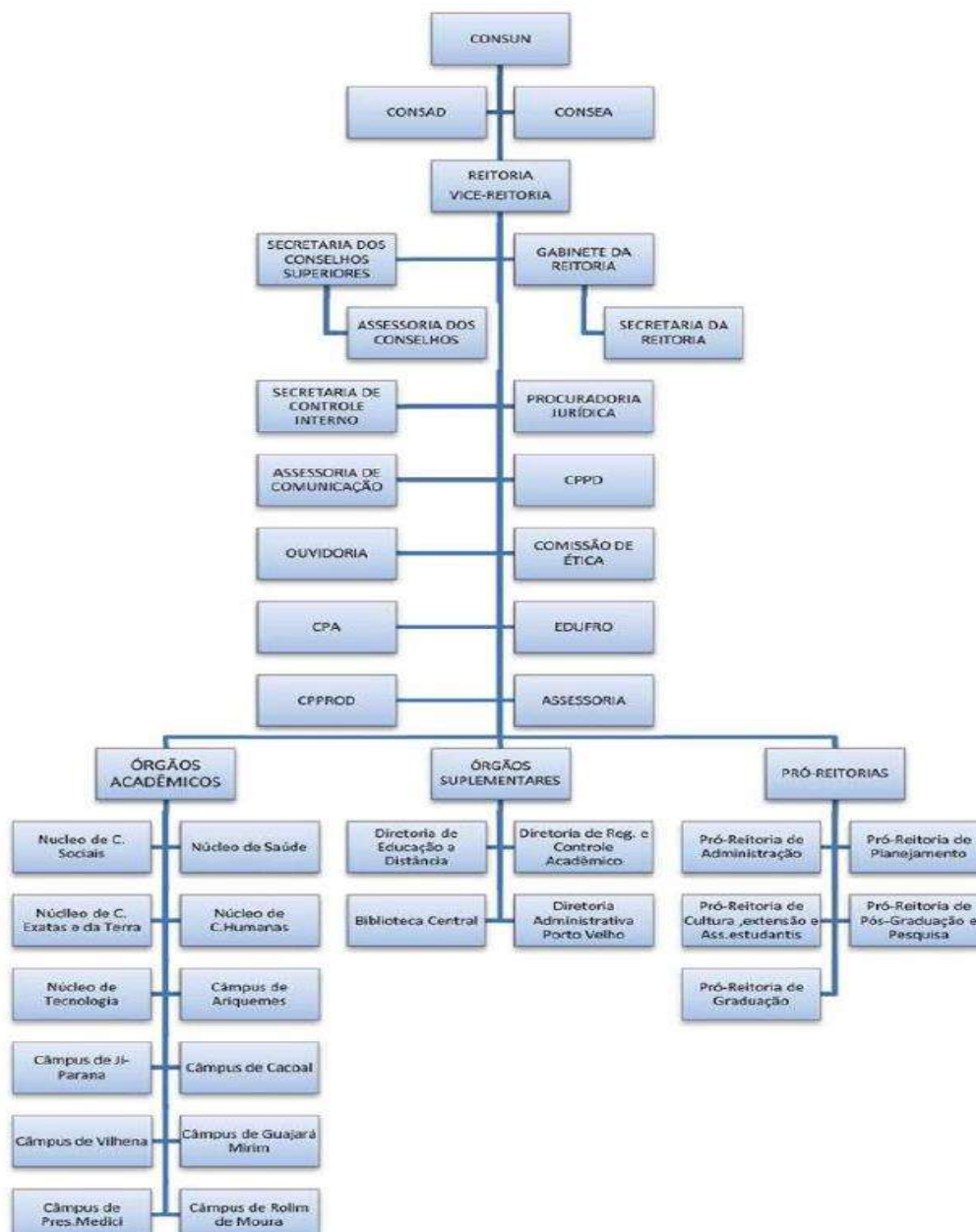
A sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração (PRAD), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq).

Ressalta-se que o tema da pesquisa se insere na área da gestão administrativa da universidade, porém a abordagem aqui relatada se dará por um recorte bem específico.

Tratar-se-á especificamente da Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN). A estrutura administrativa da universidade é organizada de acordo com o seguinte organograma, figura 6, a seguir:

Figura 6 – Organograma administrativo da UNIR.

Organograma UNIR - Resolução 111/CONSAD de 25 de setembro de 2013.



Fonte: Organograma UNIR - Resolução 111/CONSAD de 25 de setembro de 2013.

O Conselho Superior Acadêmico- Consea é órgão normativo, consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa e extensão da UNIR, composto conforme cabendo-lhe, dentre outras competências, pronunciar-se sobre propostas de criação, modificação, remanejamento, desativação, extinção ou fusão de cursos e órgãos acadêmicos (BRASIL, 2000). O Conselho Universitário-CONSUN, previsto no artigo 7º do Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, é órgão final

deliberativo, consultivo e normativo, responsável pela política institucional e instância de recurso dos órgãos submetidos (BRASIL, 2000). O Conselho Superior de Administração - CONSAD, previsto no artigo 10 do Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, é órgão superior deliberativo e consultivo em matéria de Administração, Finanças, Orçamento, Legislação e Normas (BRASIL, 2000).

E administrativamente, a UNIR é constituída pela Reitoria, que conta com cinco Pró-Reitorias, sendo:

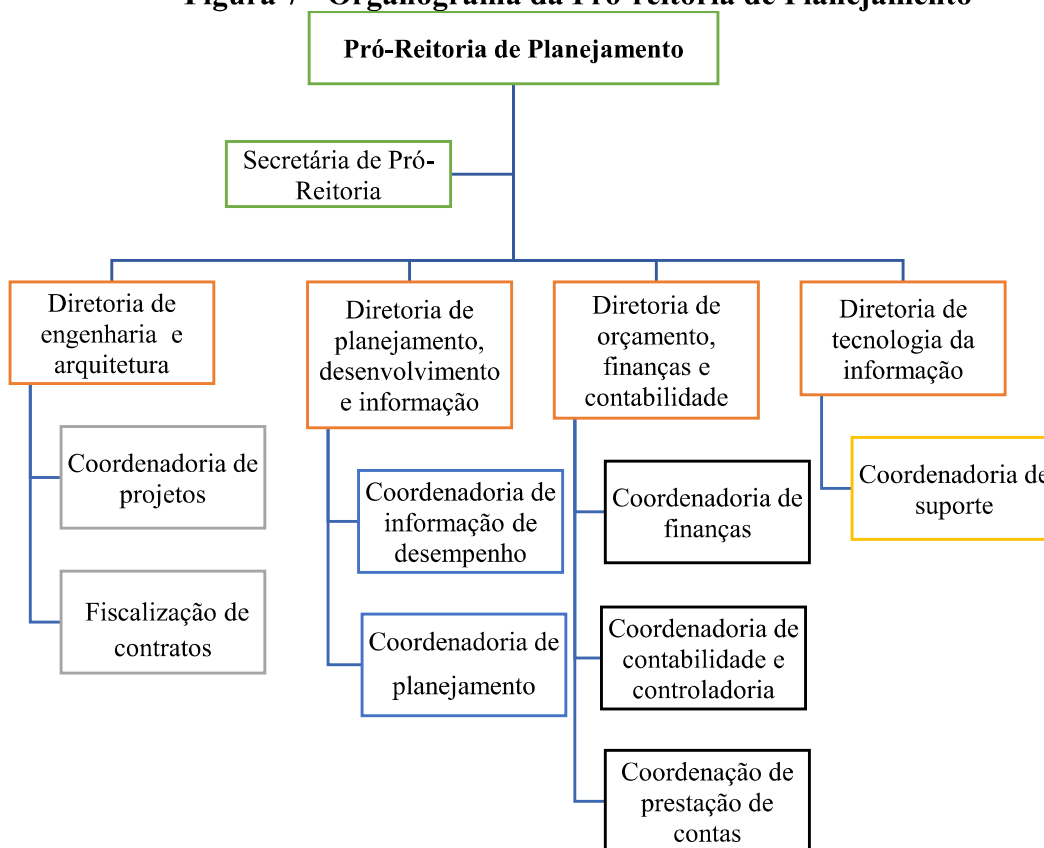
- I – Pró-Reitoria de Graduação;
- II – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa;
- III – Pró-Reitoria de Planejamento;
- IV – Pró-Reitoria de Administração;
- V – Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis.

O capítulo IV Art. 45. Do Regimento Geral da Unir dispõe sobre as competências dos Pró-Reitores sendo:

- I – Planejar, coordenar, organizar, dirigir e controlar as atividades de planejamento, orçamento e organização, obedecendo à fixação de diretrizes da administração superior, de acordo com a legislação em vigor;
- II – Promover ações para a melhoria da qualidade da metodologia utilizada no planejamento global e setorial da UNIR;
- III – Submeter à administração superior as propostas de convênios, contratos e outros documentos ligados à sua área de competência;
- IV – Acompanhar a elaboração dos regimentos internos dos órgãos da UNIR, de forma a compatibilizá-los entre si;
- V – Elaborar projetos de expansão física da UNIR;
- VI – Coordenar a elaboração do orçamento da UNIR, acompanhando sua execução;
- VII – Coordenar, no âmbito de sua competência, a elaboração de projetos destinados à obtenção de financiamento, em consonância com outros órgãos da UNIR;
- VIII – Propor estudos sobre estrutura e procedimentos administrativos;
- IX – Prestar assistência técnica às demais unidades da UNIR nas áreas de planejamento organizacional, administrativo, institucional e programação orçamentária;
- X – Avaliar e rever permanentemente, através de propostas, planos, programas e projetos, o processo de desenvolvimento da UNIR, oferecendo subsídios à definição de objetivos, à implantação da política do planejamento institucional e a fixação de diretrizes básicas;
- XI – Desenvolver sistemáticas de acompanhamento, controle e avaliação dos planos, programas e projetos em execução no âmbito da UNIR;
- XII – Coletar, tratar, analisar e divulgar informações estatísticas de interesse da UNIR;
- XIII – Acompanhar e avaliar a execução do Plano Diretor da UNIR;
- XIV – Elaborar o Relatório Anual das atividades da UNIR a partir dos relatórios dos outros órgãos;
- XV – Executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Reitor ou conselhos superiores;
- XVI – Elaborar e encaminhar à Reitoria relatório anual (BRASIL, 2020).

Ainda no capítulo V do Estatuto da UNIR que trata dos Órgãos Administrativos, são apresentadas as informações necessárias a respeito das Pró-reitoria(s) a seguir: A Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN é responsável pelo planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades de planejamento, orçamento e organização da universidade. Na Figura 7 apresenta-se o organograma da PROPLAN.

Figura 7 - Organograma da Pró-reitoria de Planejamento



Fonte: Elaboração própria (2022).

A Pró-Reitoria de Administração (PRAD) trata de assuntos de administração, no que diz respeito à gestão dos bens materiais e patrimoniais da UNIR, além de planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades de gestão de pessoal e articulação de suas atividades com as de outros órgãos da universidade. Portanto, a Pró-Reitoria de Administração é um órgão vinculado à Reitoria da UNIR. Tem a finalidade de desenvolver as funções estratégicas de recursos materiais, gestão de recursos patrimoniais, recursos relacionados com o pessoal, bem como assessoramento ao Reitor

nos procedimentos gerais e especiais necessários à consecução dos objetivos universitários.

A Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA) é responsável pelas políticas culturais, estudantis e de extensão da UNIR, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Até 2006, cabia a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, antiga PROPEX, a coordenação das atividades de extensão.

Em 2007, a gestão UNIR aprovou junto ao Conselho Superior Administrativo (CONSAD) a criação da PROCEA, por meio da Resolução 049/CONSAD, de 02/03/2007, alterada pela Resolução 083/CONSAD, de 21/09/2009.

Essa ação representou um importante passo para a efetivação das atividades de extensão universitária no âmbito da UNIR. Com a criação da PROCEA, uma ampla política de colaboração e diálogo social está sendo desenvolvida em todos os campi da UNIR, envolvendo docentes, técnico-administrativos e discentes em programas e projetos de extensão, dentre outras atividades com a participação da sociedade rondoniense (UNIR, 2022).

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq) planeja, coordena, desenvolve e executa as políticas de apoio e fomento à pós-graduação e à pesquisa no âmbito da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). (UNIR, 2022).

A PROPesq objetiva atender a comunidade acadêmica nas ações que promovam o fortalecimento na formação de futuros pesquisadores e inventores, dando oportunidades aos jovens de integrarem a dinâmica institucional de pesquisa e inovação, tanto na área científica quanto tecnológica, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (UNIR, 2022).

Os princípios organizacionais são balizamentos para o processo decisório e para o comportamento da organização no cumprimento de sua missão. Os valores são preceitos essenciais e permanentes de uma organização. Como um pequeno conjunto de princípios de orientação perenes, não requer nenhuma justificativa externa: têm valor e importância intrínsecos e são importantes para aqueles que fazem parte da organização (UNIR, 2022).

A Figura 8 abaixo exhibe a missão, a visão, princípios e valores que norteiam todo o funcionamento da universidade:

Figura 8 – Missão e visão da UNIR



Fonte: PDI 2019-2024

A missão, a visão, os princípios e os valores da UNIR, debatidos e ampliados no ano de 2014, foram mantidos e adequados do PDI 2019-2024.

- Missão – Produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas, visando ao desenvolvimento da sociedade.
- Visão – Ser referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação na Amazônia até 2024.
- Princípios e Valores:
 - Desenvolvimento Humano:** Respeito e valorização do ser humano; Foco nas pessoas e na qualidade de vida; Condições adequadas de higiene e segurança do trabalho; Desenvolvimento dos Talentos Humanos; e Solidariedade.
 - Eficiência, Eficácia e Efetividade:** Simplificação e Gestão integrada de processos; Aperfeiçoamento contínuo; Atitude proativa e inovadora; e Meritocracia.
 - Sustentabilidade Institucional:** Planejamento sistêmico; Foco nos resultados e na qualidade dos serviços; e Formação de lideranças para governança.
 - Cooperação e Integração:** Valorização do trabalho em equipe; Gestão participativa; Liderança integradora; e Alinhamento e convergência de ações.
 - Integração Ensino, Pesquisa e Extensão:** Interdisciplinaridade; Aplicabilidade dos estudos da UNIR; e Educação superior inclusiva.
 - Transformação Social:** Promoção do desenvolvimento regional; Foco na missão e visão institucional; Permanente atuação nas políticas estratégicas do Estado; Defesa dos direitos humanos; Defesa da diversidade étnica, cultural e da biodiversidade; e Proatividade frente aos anseios da sociedade.
 - Transparência e Moralidade:** Inovação, monitoramento e avaliação permanentes; Responsabilidade Social; Visibilidade da produção da UNIR; Coerência nas atitudes e práticas; Zelo pela imagem e patrimônio da UNIR;

Compartilhamento de informações e conhecimento; e Garantia do interesse coletivo (BRASIL, 2019-2024, p.56 – 58).

Portanto, a missão, visão e valores são conceitos estratégicos que conferem a identidade de uma organização. Na prática, podem ser entendidos como um conjunto de diretrizes que são fundamentais para todo o planejamento da organização.

3.3 Unidade de análise e fonte das evidências

Como unidade de análise foi utilizada a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) partindo do pressuposto que os Pró-Reitores de planejamento são os principais responsáveis pela tomada de decisão, principalmente as que dizem respeito aos aspectos orçamentários e financeiros.

Para tanto, foram entrevistados dois pró-reitores, a escolha dos entrevistados foi feita de forma estratégica uma vez que os dois já trabalham em cargos de direção na UNIR há muito tempo, sempre exercendo funções estratégica na universidade. Passaram por vários setores, o que proporcionou conhecimento e experiência dentro da Instituição. Ambos têm uma visão sistêmica e estratégica da Instituição. No quadro 2 é apresentado o perfil e experiência dos entrevistados no cargo de pró-reitor de planejamento e os cargos que ocupam na gestão.

Quadro 2 - Os períodos ocupados pelos entrevistados no cargo de pró-reitor de planejamento e os cargos que ocupam na atual gestão. Perfil e experiência dos entrevistados.

Identificação do entrevistado	Exercício de pró-reitor	Função na atualidade	Tempo de Universidade
Entrevistado 01	Pró – Reitor de planejamento Período: 03/04/2020 a 20/04/2021	Diretor – DIRCOF Período: 27/04/21 até atualmente.	8 anos
Entrevistado 02	Pró – Reitor de planejamento Período: 06/08/2018 a 03/04/2020	Diretor de Planejamento Período: 14/01/2021 até atualmente.	14 anos

Fonte: Elaboração própria

Destaca-se que é uma amostragem não probabilística. E Gil (2002) coloca que a amostragem não probabilística é um tipo de amostragem que não possui uma

fundamentação matemática ou estatística, no qual somente são levados em conta critérios pessoais do pesquisador. Este tipo de amostragem é questionado em relação aos seus resultados, pois não atinge todo o universo do tema.

De acordo com Baraňano (2004), este tipo de amostra, como o nome indica, é efetuado de forma arbitrária em função da conveniência da pesquisa. De acordo com Sampieri; Collado; Lucio (2013, p. 580): Amostragem qualitativa [...] "Não probabilística ou proposital, QUALIDADE (guiada por um ou mais propósitos e não por técnicas estatísticas que buscam representação)".

3.4 Principais instrumentos de coleta de dados

A etapa da coleta de dados, segundo Yin (2010), requer habilidades específicas do pesquisador, treinamento e preparação, desenvolvimento de um roteiro e a condução de um "estudo-piloto". Segundo Barros e Duarte (2006, p. 229) "o caso-piloto auxilia o pesquisador a melhorar planos, seja em relação ao conteúdo seja quanto aos procedimentos, que poderão ser previamente testados".

O procedimento de coleta de dados realizado para esta pesquisa utilizou, principalmente, informações da Instituição (UNIR) disponíveis na internet, e entrevista semiestruturada em profundidade.

O uso de entrevistas, especialmente a entrevista semiestruturada em profundidade, permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. A entrevista semiestruturada em profundidade não permite testar hipóteses. Objetiva saber como o fenômeno estudado é percebido pelo conjunto dos entrevistados. Portanto, seu objetivo está relacionado "ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema" (BARROS; DUARTE, 2006, p.63).

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com profundidade com os pró-reitores para análise comparativa. Manteve-se o mesmo roteiro de entrevista semiestruturada, com 12 questões abertas e 1 fechada. As entrevistas realizadas para esta pesquisa foram feitas em duas partes: o primeiro entrevistado teve sua entrevista marcada e realizada no dia 11 de março de 2021, e teve duração de mais de 1 hora.

O segundo entrevistado, teve sua entrevista marcada e realizadas no dia 12 de março de 2022, e também teve mais de 1h de duração. Ambos entrevistados tiveram oportunidade de ir além do roteiro da entrevista, ficando à vontade com riquezas de

informação a cada questão levantada. As entrevistas foram realizadas via *Google Meet*, e gravadas em comum acordo com os entrevistados.

3.5 Protocolo do estudo de caso

O estudo seguiu para coleta e análise de dados o protocolo de estudo de caso sugerido por Yin (2010), de forma a otimizar a confiabilidade da pesquisa e orientar o investigador quanto à condução dos trabalhos. Por meio desse protocolo é possível antecipar e evitar resultados negativos que podem comprometer o estudo.

Assim, a ação geral que direciona este estudo é a análise do processo de comunicação contábil em uma instituição pública de ensino superior, de forma a captar as qualidades da informação contábil e os ruídos existentes. Um protocolo de pesquisa, em estratégia de estudo de casos deve apresentar os seguintes itens:

(a) Questão principal da pesquisa: Qual utilidade das informações contábeis na tomada de decisão na Universidade Federal de Rondônia?

(b) Objetivo principal: Identificar a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão na Universidade Federal Rondônia.

(c) temas da sustentação teórica:

Teoria da comunicação e semiótica.

(d) definição da unidade de análise:

Tem como unidade de análise a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da Universidade Federal de Rondônia.

(e) potenciais entrevistados e múltiplas fontes de evidência:

Entrevistas semiestrutura; consulta a arquivos; análise de documentos da Instituição e observação.

(f) período de realização:

As entrevistas realizadas para esta pesquisa foram feitas em duas partes: o primeiro entrevistado teve sua entrevista marcada e realizada no dia 11 de março de 2021, e teve duração de mais de 1 hora. O segundo entrevistado, teve sua entrevista marcada e realizadas no dia 12 de março de 2022, e também teve mais de 1h de duração.

(g) local da coleta de evidências:

Entrevista com roteiro semiestruturada com dois pró-reitores, realizada por videoconferência por meio do *Google Meet* e gravadas.

(h) síntese do roteiro de entrevista.

1. Qual o seu tempo de atuação como Pró-Reitor de Planejamento?
2. Há quanto tempo você atua na Instituição?
3. Qual a área de sua formação?
4. Seu cargo na Instituição é de natureza: () docente () técnico
6. As informações contábeis recebidas contribuem para melhorar que tipo de decisão?
7. Quais informações você utiliza na tomada de decisão em relação à licitação?
8. Quais informações você utiliza na tomada de decisão em relação à execução orçamentária?
9. Quais informações você utiliza na tomada de decisão em relação à execução financeira?
10. Quais informações você utiliza na tomada de decisão em relação à planejamento?
11. Que outros tipos de informação diferente do que foi mencionado você utiliza para a tomada de decisão?
12. Você sente falta de algum tipo de informação que não é disponibilizada? Se positivo quais?
13. Você propõe alguma melhoria na evidenciação das informações contábeis para que estas se tornem mais úteis ao processo decisório?

(i) Executor da pesquisa

A autora, que é servidora há oito anos na instituição, atuando na Pró-Reitoria de Planejamento, na área de Prestação de Contas, Coordenação de Finanças, Diretoria Financeira e Assessoria de Planejamento na PROPLAN, adquirindo dessa forma conhecimento sobre o tema da pesquisa, sobretudo formulando o problema de pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como unidade de análise foi utilizada a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) partindo do pressuposto que os Pró-Reitores de planejamento são os principais responsáveis pela tomada de decisão, principalmente as que dizem respeito aos aspectos orçamentário e financeiro.

4.1 Tipos de decisão que são tomadas pelo gestor

Entre as funções dos gestores, encontra-se como principais a tomada de decisão e a definição de estratégias, tendo como base as experiências adquiridas no processo de gestão e também nas informações que são geradas pela empresa no decorrer do período.

Toda instituição é um sistema de decisões, onde todos os membros estão continuamente tomando alguma decisão, A despeito disso, Freitas e Kladis (1995, p.6) colabora afirmando que “[...] é impossível pensar a organização sem considerar a ocorrência constante do processo decisório”.

Na Fundação Universidade Federal de Rondônia a decisão final é realizada pelos seus colegiados nas diversas instancias de acordo com o organograma da instituição. Contudo é estabelecido um indivíduo que representa politicamente aquele departamento sendo responsável pela execução das deliberações do conselho.

A Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN é responsável pelo planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades de planejamento, orçamento e organização da universidade. A PROPLAN compõe o quadro de pró-reitora da UNIR está sob a gestão do Reitor da Universidade que por sua vez tem suas ações orientadas pela deliberação dos Conselhos que no caso da UNIR são três: CONSUN, CONSAD e CONSEA. Todos esses elementos foram abordados no tópico Organização Estudada.

Dessa forma, entende-se que o processo de tomada de decisão nas instituições universitárias não é algo padronizado, voltado para só um tipo de tomada de decisão, pois adota um modelo misto com elementos característicos burocráticos, colegiado e político (ROSA, 2004).

O pró-reitor de planejamento é responsável pelo planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades de planejamento, orçamento e organização da universidade, sendo o responsável por aquela unidade gestora.

Os responsáveis pela unidade gestora são chamados de ordenadores de despesas. São responsáveis em executar as técnicas contábeis de registro dos fatos administrativos que interferem no patrimônio da União por intermédio de tomadas de decisões decorrentes das principais saídas do sistema de informações contábeis do setor público (FERREIRA, 2015).

Para Fernandes (2002), o desempenho dessa função constitui uma das mais relevantes e, sem sombra de dúvida, uma das mais árduas na administração pública pelo nível de responsabilidade que representa. Portanto, como ordenador de despesas, este servidor deve ter conhecimento em diversas áreas, reunindo para tomada de decisões, informações que transitam em finanças, contratos, licitação, obras, recursos humanos, transparência, bens patrimoniais, dentre outras (CNMP, 2014).

Foi questionado para os pró-reitores da PROPAN sobre os tipos de decisão que são tomadas. O entrevistado 1, apontou que: “O planejamento estratégico da universidade (PDI) e ordenação de despesas da universidade (decisão de obras, planejamento de despesas, pagamentos de forma em geral, tecnologia da informação)”.

Do exposto, é possível afirmar que é a partir do planejamento estratégico que se pode alcançar as mudanças necessárias para enfrentar os desafios que ocorrem de forma cotidiana no ambiente universitário. Assim, a cultura do planejamento traz importantes benefícios para as instituições.

O entrevistado 2 explica que como pró-reitor,

Atuava como ordenador de despesas da Universidade (UNIR), homologando licitações, autorizando despesas da Universidade de todos os níveis (folha de pagamentos, folha de pessoal). Atuava também tomando decisões administrativas com a delegação do reitor. Então nesse cenário de ordenações de despesas você tem decisões de diversos níveis. E decisões de fato podem impactar o destino daquela instituição, principalmente por ser ordenador de despesas. Pode-se dizer que são decisões a níveis de gestão, decisões estratégicas. Um pró-reitor de planejamento ele coordena e monitora o PDI da Instituição de alguma forma. É meio que um regente. Coordenando e monitorando as demais unidades do planejamento estratégico da Instituição. Para então, executar decisões de peso para a Instituição. (Entrevistado 2).

Isto vem ao encontro dos achados de Moritz (2015) que diz que todo e qualquer gestor, ao tomar decisões, incorpora suas características pessoais. A diferença entre os decisores reside, porém, no fato de que alguns conseguem fazer uso dos componentes exclusivos e intransferíveis da personalidade, dos valores e da experiência ou da força da opinião, e garantem, portanto, uma decisão que atenda aos seus objetivos.

4.2 Contribuições das informações contábeis

A quantidade de dados e informações a que as organizações estão expostas diariamente, demanda um gerenciamento eficaz (BEUREN, 2000), sendo este aspecto parte integrante do processo decisório dos dirigentes e gestores dentro das instituições. Se administrar é decidir, a continuidade de qualquer negócio depende das decisões tomadas pelos gestores dos vários níveis organizacionais dentro das atividades de planejamento e controle (BIO, 1985; ASSAF NETO, 1997). Nota-se que o uso das demonstrações contábeis é bastante restrito às obrigações legais da instituição como o relatório de gestão que é publicado anualmente. Isso pode ser aduzido pela seguinte verbalização:

[...] as demonstrações contábeis, os balanços, essas informações contábeis são disponibilizadas no Relatório de Gestão e está disponível para todo mundo, inclusive para nós, mas não tem como eu analisar esses demonstrativos para a tomada de decisão, precisaria de uma análise (Entrevistado 1).

Esta percepção do entrevistado corresponde aos achados de Eierle e Schultze (2013) que indica que a tomada de decisão interna depende de modelos específicos indicados pelos gestores.

Seja por meio de relatórios, gráficos ou indicadores, a contabilidade dispõe das informações necessárias, de que os gestores precisam para embasarem a tomada de decisão, portanto, entende-se que o gestor precisa, no desempenho de suas funções, obter informações que lhe permitam acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar os resultados decorrentes dessas ações, traçando metas e políticas que possibilitem o alcance de seus objetivos, quando se estabelece a relação entre a contabilidade e a administração, pois essa que pode oferecer ao gestor tais informações (PITELA, 2000).

O entrevistado 1 comenta e a importância da contabilidade dizendo que:

[...] A contabilidade pública hoje de forma específica o que mais afeta é a arrecadação. Foram por volta de 2017/2018 que a Universidade passou a acompanhar de forma direta as receitas orçamentárias e outras questões ligadas as receitas. Atualmente tem-se o controle da contabilidade de receita própria. A universidade ficou um tempo sem cobrar a taxa (taxas em geral, havia uma isenção nesse sentido). **Há uma dificuldade de acesso aos relatórios para tomada de decisões, dificultando assim a parte da ordenação de despesas. Acredita-se que isso ocorra por falta de servidores, pois não há servidores suficientes para fazer o tratamento dessas informações, para que possamos avançar em outras informações contábeis de forma específica.** Portanto, uma das coisas que dificulta é que tudo fica a cargo do pró-reitor. O essencial seria uma assessoria para filtrar

as informações que chegam até o pró-reitor. Ou seja, ter a assessoria para filtrar essas informações entre pró-reitor (tomada de decisão) e as unidades técnicas. Pois, a informação alcançada não chega como deveria chegar. Contudo, na UNIR de forma geral está sendo implantado um Sistema de Informação simples (são cinco sistemas). Logo, acredita-se que a tecnologia da informação poderá avançar nessas questões que hoje apresentam muitas dificuldades (Entrevistado 1). (Grifo nosso).

Esse elemento alertado pelo entrevistado vai de encontro aos achados de Marion (2009) quando afirma que o contador é um intérprete das informações disponibilizadas.

Observa-se que os relatórios contábeis podem indicar os resultados e o desempenho da organização, inclusive as demonstrações contábeis tornam-se um instrumento indispensável para os gestores atingir os seus propósitos organizacionais, sendo o profissional contábil, responsável pela utilização das demonstrações contábeis, filtrando as informações de acordo com a necessidade dos gestores em cada momento da gestão organizacional, pois a partir das informações atuais e do passado de uma organização, é que gerará todo o planejamento e estratégias das futuras ações que determinará o sucesso da tomada de decisão.

É vital para a sobrevivência da organização, inserida em um ambiente competitivo e diante de um cenário de incertezas, que seus gestores estejam assessorados e recebam informações para escolherem as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários os dados contábeis (PASSOS, 2010).

Barbosa *et al.* (2014), ao afirmar que semiótica tem como objetivo dar suporte a compreensão a respeito de como as informações contábeis são disponibilizadas e interpretadas, é relevante discutir que o contador tem como uma de suas necessidades profissionais atuar não somente como um elaborador de informações contábeis, mas também, como um profissional que saiba comunicar essas informações para seus usuários.

Entende-se assim, que a linguagem serve para unir o mundo da organização e assim como a semiótica, ocupa-se do estudo de todos os tipos de linguagem buscando melhorar a qualidade da informação, enquanto que a teoria da comunicação avalia atos comunicativos.

Uma informação é relevante para a tomada de decisão, quando esta faz diferença para o tomador da decisão na sua habilidade para predizer eventos, confirmar ou corrigir expectativas, ou seja, segundo Hendriksen e Van Breda (1999), dois papéis da informação que têm sido denominados valor preditivo e valor como *feedback* (retorno). Para os autores, a informação relevante é aquela pertinente à questão que está sendo

analisada, e a informação pode ser pertinente de pelo menos três maneiras: afetando metas, afetando a compreensão e afetando decisões.

O entrevistado 2 traz as seguintes explicações quanto a contribuição das informações contábeis para tomada de decisão:

[...] As demonstrações contábeis são como um espelho para a instituição, onde podemos verificar vários aspectos da Universidade, por exemplo, a questão das obras, onde a gente está investindo, se realmente estamos no caminho certo que é a finalidade da Universidade que é ensino, pesquisa e extensão, então assim acho que falta um pouco de compreensão desses relatórios para podermos utilizá-los melhor [...]. A contabilidade por ser uma unidade técnica é de suma importância para qualquer órgão seja público ou privado, e principalmente para uma Universidade federal, que tem o status de um município. Existem questões administrativas, questões operacionais, sejam de ordem financeira, orçamentária e contábil. Então, as informações contábeis são de suma importância pra termos métricas. Por exemplo, você tem relatório de gestão, onde o contador é o responsável para fornecer informações quanto ao balanço patrimonial da instituição, e também o balanço financeiro. Essas informações servem como um guia para o gestor. Sendo importante para tomada de decisão administrativa. E pautadas nessas informações técnicas e principalmente na contabilidade, que teremos essa capacidade de estabelecer nossas atividades tomando decisões acertadas, como se fosse um medidor para o gestor. [...] **A contabilidade dentro da Instituição é de práxis. É de suma importância, principalmente para prestação de contas perante os órgãos de controle. É de suma importância essas informações contábeis para o gestor tomar qualquer decisão, principalmente para o ordenador de despesas que é aquele que estará dentro do rol de responsável junto aos órgãos de controle e também como responsável pelas contas daquela instituição.** Assim, a contabilidade prestando essas informações dará a você a oportunidade de saber por onde caminha e caminhará, saberá tomar as decisões necessárias. A contabilidade fornece informações técnicas para um destino maior que é o planejamento estratégico da Instituição (Entrevistado 2). (Grifo nosso).

A despeito disso, Passos (2010) constatou dizendo que a informação representa a consolidação de poder na organização, pois é o produto da análise dos dados, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada.

A contabilidade a serviço da sociedade e dos empresários gera e repassa informações úteis, para a tomada de decisão. Atendendo aos princípios contábeis e a legislação vigente, produzindo informações e disponibilizando os usuários e tomadores de decisões por meio de relatórios próprios, a fim de que os gestores identifiquem os indicadores de desempenho mediante a análise de índices econômicos e financeiros da organização, para as tomadas de decisões.

Ao referir-se a tal assunto, Padoveze (2015, p.5) corrobora ao dizer que:

[...] Fayol enquadrou a contabilidade entre as seis operações administrativas fundamentais, emitindo a esse respeito os seguintes conceitos: É o órgão vital

das empresas. Deve permitir que se saiba a todo instante onde estamos e para onde vamos. Deve fornecer sobre a situação econômica da empresa ensinamentos exatos, claros e precisos. Uma boa contabilidade, simples e clara, fornecendo uma ideia exata das condições da empresa, é um poderoso meio de direção.

Portanto, tomar decisão com base em informações advindas da contabilidade torna o processo decisório mais assertivo a fim de preservar o crescimento econômico e sustentável das organizações.

4.3 Informações contábeis utilizadas na tomada de decisão em relação à licitação

Piscitelli e Timbó (2010) corroboraram trazendo que o certame licitatório é um conjunto de procedimentos administrativos, através do qual a administração pública verifica entre os interessados aquele que oferece melhores condições para a realização de obras, serviços, compras, alienação, concessões, permissões e locações, garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Vale notar a contribuição de Meirelles (1995, p.28) que diz: “a licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse”.

Quanto as informações contábeis utilizadas na tomada de decisão em relação à licitação da UNIR o entrevistado 1 explicou que:

Na questão da licitação sempre foram trabalhadas com o tipo técnica/preço. Historicamente na Universidade federal de Rondônia (UNIR) sempre foi trabalhada a questão do menor preço. Sempre para a licitação é o mais barato. Mas, sabe-se que no ensino público, que não é a compra mais barata a mais vantajosa para administração. Portanto, a tomada de decisão foi pegando esses históricos de anos anteriores que foi percebido que não era mais vantajoso para a administração; e a decisão foi mudar de técnicas de contratação referentes as obras, e quanto a forma de licitação tradicional é o mesmo embasamento. Hoje têm o sistema PGC (sistema que o governo criou), porém, o PGC tem uma fragilidade, ele não é vinculado ao orçamento, se fosse vinculado seria um avanço, mas da forma que está não agrega, mas há outras formas para tomada de decisões quanto à licitação que é o “Plano de ação das unidades técnicas gestoras”, com base nisso cada unidade coloca o que vai contratar no período de um ano, facilitando a tomada de decisão do coordenador (ordenador), verificando se vai autorizar a licitação ou não. E também para tomar uma decisão sempre se verifica se essa está ligada ao PDI, sendo essa uma medida que já vem sendo tomada na Universidade. Hoje em dia, essa questão também vem sendo lançada ao sistema via SIPAC, podendo visualizar melhor o saldo da Universidade e esta vinculada ao PDI.

Vale notar a contribuição de Mascena (2017, p.1) que diz respeito aos objetivos da licitação que: “a escolha da proposta mais vantajosa, o de garantir o mesmo tratamento para todos os licitantes e de promover o desenvolvimento nacional sustentável”. Contudo, entende-se que a proposta mais proveitosa para administração não é aquela que aparenta ser a mais barata, mas sim aquela que apresenta análise subjetiva do objeto traz mais benefícios à administração pública.

De acordo com entrevistado 2

Como pró-reitor de planejamento e como ordenador, todas as licitações para serem desencadeadas precisam passar pelo ordenador de despesas para autorização. O ordenador recepciona, pois existe um planejamento estratégico da instituição que está apto a conduzir a instituição e que a instituição cumpri num período de 5 anos. Há na instituição o planejamento de ação, onde as unidades estabelecem quais são seus objetivos e metas para algum exercício, e isso está hoje ligado a um programa de compras chamado PGC (Plano Geral de Contratação). E o Plano de ação está ligado ao PDI que é nosso documento maior de planejamento. Os objetivos e metas tem estarem ligados ao PGC. Com bases nesses objetivos e metas, o ordenador de despesas vai aprovar todas as licitações. O PGC é aprovado com ordenador junto com o reitor, a demanda é analisada pelo ordenador de despesa.

Como se pode observar nos achados de Azevedo e Ribeiro (2020) que nas licitações públicas, o uso da informação contábil torna-se relevante, pois as partes interessadas (administração pública e empresas privadas) se relacionam em um ambiente de assimetria informacional, pois, além de terem interesses distintos, a priori o ente público não conhece as informações das empresas que têm interesse em participar das licitações.

4.4 Informações contábeis para tomada de decisão em relação à execução orçamentária

Com a corroboração de Teixeira (2016) tem-se que o SIAFI é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. “É observado que não se utiliza a informação contábil como deveria [...] O orçamento é centralizado, tendo certa autonomia de gastar o recurso na forma dele prevendo o plano de ação vinculado ao PDI” (Entrevistado 1).

Além do SIAFI, temos também outros sistemas, que são sistemas gerenciais que é o Tesouro gerencial que é o sistema a parte que atua nos fornecendo

informações orçamentárias, são como bússolas onde você busca informações, como você mantém sua execução orçamentária, onde você chegou, onde pode chegar com o orçamento que você tem disponível. Assim você pode ir manuseando seu orçamento. Portanto, o ordenador (gestor) depende destes sistemas SIAFI e Tesouro gerencial. Além desses utiliza-se dentro da Instituição propriamente a diretoria da contabilidade e finanças (DIRCOF). Pois, a contabilidade tem total acesso a informação de execução da instituição. Então, pra execução orçamentária, as informações que mais utilizamos são relacionadas a esses sistemas e também informações técnicas repassadas pelas unidades técnicas (operacionais e de finanças). Quem manuseia esse sistema operacional é a diretoria financeira e a diretoria de planejamento que nos dá essas informações contábeis (Entrevistado 2).

O orçamento público é indispensável para a contabilidade pública, pois seus dados constituirão os registros nas contas do orçamento, que obrigatoriamente são os primeiros registros feitos dentro do exercício, com isso, o orçamento público surgiu para exercer como dispositivo no controle das atividades financeiras do governo. O orçamento público é famoso por ser uma parte da contabilidade pública que contém a aprovação prévia da despesa e da receita para um determinado período.

4.5 Informações para tomada de decisão em relação à execução financeira

Em todo exercício financeiro, a Presidência da República por meio de decreto estabelece a programação orçamentária e financeira, estabelecendo o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para os seus Órgãos. Nesse decreto, fica regulamentado o quanto o MEC pode empenhar no exercício vigente, impactando-se assim na execução orçamentária das universidades. De acordo com o entrevistado 1:

Execução financeira, o repasse financeiro como é usado a dizer, depende hoje 100% do MEC, hoje ele é feito conforme critérios estabelecidos pelo MEC. Nesse caso, utilizamos uma portaria com níveis de critérios e importância. Primeiramente os alunos (bolsista), são priorizados, pois o objetivo primordial da Universidade sempre são os alunos. E em seguida são os contratos continuados, porque também envolvem os servidores, funcionários (as famílias). Portanto, a questão financeira fica muito ligada ao MEC, e aos seus critérios. E mesmo tendo as informações contábeis da Universidade, acaba-se tendo que seguir os parâmetros do MEC.

Nos achados dos autores Medeiros, Duarte e Lima (2014) têm-se que a cerca do perfil da execução orçamentária das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte do Brasil no Período 2011-2013, analisando a execução orçamentária das universidades federais do norte do Brasil. Nesse estudo, foi verificado que a maior parte do orçamento se destina a pagamento de despesas com pessoal, seguido de gasto com custeio das atividades e uma pequena parcela destinada aos investimentos. Aquela

despesa, que foi apontada como mais relevante, pode ser explicada devido à natureza característica de prestação de serviços das universidades e pela magnitude do público que demandam por esses serviços.

A semelhança apresentada nesse tipo de despesas com pessoal pode ser justificada devido aos limites orçamentários preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ainda pela distribuição dos recursos pelo Ministério da Educação (MEC) por meio de matriz própria de partilha orçamentária entre as unidades vinculadas a este, conforme os achados evidenciados pelos autores (MEDEIROS; DUARTE; LIMA, 2014). O entrevistado 2 comentou que,

Utilizam-se informações dadas pelo SIAFI, pelas informações repassadas pelas unidades técnicas, e pela a coordenação de finanças. E tem também o DICORF que nos fornece informações diárias (Exemplo: Quantos recebemos do financeiro, etc.). Mas, é mais propriamente pelas unidades técnicas que chegam as informações necessárias (Entrevistado 2).

A organização e a disponibilização das informações relativas à execução orçamentária da instituição são processos mais específicos. Esses processos de organização e disponibilização são ferramentas estratégicas que darão ao gestor condições de acompanhar, controlar e adequar os gastos conforme planejamento estratégico.

4.6 Informações utilizadas para tomada de decisão em relação ao planejamento estratégico

Corroborar a esse respeito Bryson (2010) destacando em seus estudos que o papel relevante que o planejamento estratégico desempenha em organizações que prestam serviços públicos, a exemplo de instituições de ensino superior (IES).

Ainda nesta mesma linha de considerações outro autor que corrobora com seus achados é Rezende (2011) que comenta que o planejamento estratégico deve ser compreendido como um processo dinâmico, sistêmico, coletivo, participativo e contínuo para a determinação dos objetivos, estratégias e ações e, por isso, deve estar embasado nos problemas ou desafios da organização. No contexto de organizações públicas, tal como as universidades federais, é relevante priorizar estratégias focadas na atividade do bem comum e vinculá-las às necessidades dos cidadãos e aos anseios da sociedade. De forma geral, no setor público, as estratégias relacionam-se à primazia ou

excelência na prestação do serviço público, ao atendimento à sociedade, ao desenvolvimento de questões sociais e sustentáveis e à transparência.

O planejamento em si utiliza o PDI (que é o norteador da Universidade). E do PDI a gente vem descendo e tem a proposta orçamentária que é aprovada no conselho na Universidade ou colegiado, então a proposta é aprovada no CONSAD. E no nível mais baixo operacional temos o plano de ação PROPLAN. Ou seja, tudo está vinculado ao outro (Entrevistado 1).

Grande parte das instituições de ensino superior brasileiras, com a finalidade de atender a essas demandas, elaboraram um PDI compatível com sua realidade e com a complexidade do sistema no qual estão inseridas, buscando otimizar os recursos disponibilizados pelos governos e, com isso, atender às demandas da sociedade por uma administração eficiente.

E o entrevistado 2 traz a seguinte explicação,

Nós temos o PDI de 2019 que tem a durabilidade até 2023. As informações técnicas de planejamento, de como estamos indo. Estão dentro do PDI, nós vamos dentro do sistema do PDI e pedimos que as unidades nos informe o que eles atingiram de percentual de objetivos em exercícios. As informações de planejamentos estão lincadas aos planos de ação e propriamente nas unidades técnicas do PDI (Entrevistado 2).

O PDI se evidencia como direcionador dos esforços e ações estratégicas organizacionais, utilizando para isso ferramentas de planejamento e gestão. Neste contexto, confunde-se o PDI, sendo o próprio planejamento estratégico da organização, mas, esse não mais como documento auxiliar ou adjacente, mas, sim, revestido com pensamentos e características tanto para o desenvolvimento da organização, quanto para alcance de objetivo e metas.

4.7 Tipos de informações contábeis diferentes utilizadas para a tomada de decisão

Um processo de decisão inicia-se pela identificação das necessidades, do que é possível fazer, da informação que está disponível e da comunicação que precisa ser efetuada. Espera-se que esses elementos, ordenados em uma estrutura lógica, resultem na possibilidade de uma melhor decisão.

Para o entrevistado 1;

As variáveis como as questões políticas que acabam afetando as tomadas de decisões. Muitos políticos buscam ajudar a Universidade onde estão suas bases políticas apresentando suas vontades. E às vezes essa base de atuação não está dentro de nossas demandas. Portanto, são variáveis que acabam

afetando nossas tomadas de decisões. Outro ponto é o MEC que tem alguns critérios e algumas variáveis que acaba afetando nossas propostas (Entrevistado 1).

Conforme informe nos estudos de Pitela (2000) o administrador precisa, no desempenho de suas funções, obter informações que lhe permitam acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar os resultados decorrentes dessas ações, traçando metas e políticas que possibilitem o alcance de seus objetivos, quando se estabelece a relação entre a contabilidade e a administração, pois é ela que pode oferecer ao administrador tais informações.

Além das unidades técnicas e os instrumentos do planejamento que falamos que são documentos que regem nossa instituição e nos levam aos nossos objetivos, para nosso destino final para tomada de decisão também devemos contar com os aspectos externos da instituição. É muito importante avaliarmos os aspectos externos que refletem de fato diretamente e internamente a Instituição. Nós temos, por exemplo, o MEC com suas políticas estabelecidas. Então, para tomar decisões é importante também obter informações externas para sabermos como proceder internamente, entendendo o que deverá ser como prioridade para a Instituição (Entrevistado 2).

Os achados de Moresi (2002) corroboram mostrando que as informações podem atender a duas finalidades estratégicas: para conhecimento dos ambientes interno e externo de uma organização e para atuação nesses ambientes (MORESI, 2000).

4.8 A Informação que não é disponibilizada.

De início é interessante destacar os achados de Leite (2014), que diz que a linguagem serve para unir o mundo da organização e assim como a semiótica, ocupa-se do estudo de todos os tipos de linguagem buscando melhorar a qualidade da informação, enquanto que a teoria da comunicação avalia atos comunicativos. Ainda existe um grande problema no que se refere a observar e entender as informações contábeis, embora que com o passar dos anos tem-se aprimorado métodos e técnicas no sentido de padronizar e deixar o mais entendível possível.

Passos (2010) contribuindo traz que a informação representa a consolidação de poder na instituição, pois é o produto da análise dos dados, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada.

Em relação a informações que não são disponibilizadas o entrevistado 1 comenta que existe na universidade algumas informações que eles não têm acesso, relatando da seguinte forma:

Sim, e essa informação é a principal e não temos acesso. É saber o quanto o MEC tem de recursos para investimentos. Se tivéssemos esse conhecimento, seria melhor para a nossa negociação. Nessa questão o que o MEC faz na prática é o rateio e distribui para as Universidades. Não saber o quanto MEC tem de recursos para repassar, traz dificuldades até para solicitar os recursos que a Universidade precisa (Entrevistado 1).

Nessa questão os achados de Lousada e Valentim (2011), mostram que a instituição que não tem informação para subsidiar suas decisões estratégicas, bem como a sua gestão, estará em desvantagem em relação às outras instituições do mesmo segmento, porquanto não será possível analisar, em um tempo mínimo, as alternativas de decisão, além de reproduzir eficazmente o resultado decorrente da decisão tomada. Pois, a informação é ao mesmo tempo, produto e insumo do processo decisório.

Já nos achados do autor Moreno (2007) observa-se, assim, que, além de ter a informação correta, é necessário que a informação seja comunicada à pessoa certa, no momento certo, a fim de garantir um alto nível de eficácia no processo decisório. Logo, para a tomada de decisões eficazes, é preciso cuidado com a integridade, a precisão, a fidedignidade, a confiabilidade, a qualidade e o valor geral da informação, entre outros requisitos.

E o entrevistado 2 traz uma ampla explicação quanto a essa questão dizendo que:

A Universidade Federal de Rondônia, como já considerada como um município apresenta problemas diários e rotineiros, e como trabalhamos na área do meio da instituição que é um provedor de planejamento. Temos também a área a fim. **Muitas vezes temos dificuldades de recepcionar a informação da área a fim dos núcleos, dos departamentos. Por exemplo, você vai fazer uma prestação de contas e muitas vezes, você não tem ali a informação da unidade fim, que é propriamente lá da ponta da Instituição.** As informações dos resultados melhor atingidos por aquelas unidades, eles tem dificuldades de repassar essas informações para nós. Mas, essas dificuldades muitas vezes ocorrem, porque nós não tínhamos o sistema estruturado para monitorar essas informações, mas hoje nos temos o SIPAC (embora ainda sendo implantado).

[...] Portanto, **são necessários esses sistemas estruturados para a obtenção dessas informações de ponta. É necessário ter essas informações para tomada de decisão. Por exemplo, se determinada unidade não está atingindo seus objetivos, teremos que ter as informações necessárias para sabermos quais decisões devem ser tomadas para corrigir esses porquês.** Ressalta-se que “não há um instrumento de monitoramento”. Nós precisamos desse instrumento bem elaborado, compactado para isso. Então, nossa maior dificuldade no momento é isso. Nós não temos esse sistema ainda estabelecido na Universidade. Atualmente, temos essas informações só no final do ano, quando vamos prestar contas. Não temos ainda essas informações rotineiramente para tomadas de decisão. Temos essa informação

tardia, o que atrapalha e muito o processo de tomada de decisão. O que fazemos, é ir ajustando. Eis nossa maior dificuldade ainda (Entrevistado 2). (Grifo nosso).

Sarlo Neto (2009) corrobora trazendo em seus estudos que “a ideia de relevância da contabilidade está diretamente ligada à sua capacidade informacional, que significa o seu potencial de transmitir informações que influenciam as expectativas dos usuários”. Assim, a utilidade da informação só é obtida quando as informações forem relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisão, influenciando as decisões econômicas dos usuários.

Lima (2012) explica que em uma instituição, os problemas são muito mais amplos e complexos, envolvendo riscos e incertezas. Necessitam da opinião e participação de muitas pessoas, em diversos níveis funcionais. O processo de decisão em uma instituição deve ser estruturado e resolvido de modo formal, detalhado, consistente e transparente.

4.9 Propostas para melhoria na evidenciação das informações contábeis para que estas se tornem mais úteis ao processo decisório na Universidade Federal de Rondônia

Gomes e Gomes (2012) corroboram apresentando em seus estudos que nos dias atuais, as instituições estão presentes em um mercado globalizado cada vez mais competitivo, buscando reduzir perdas e aumentar ganhos, por meio de tomadas de decisões rápidas, corretas e abrangentes. O tomador de decisão, como, por exemplo, o gestor de uma área, pode criar também situações para comparar e analisar o estado da natureza antes e depois, julgando as vantagens e desvantagens após implementar a decisão.

Na UNIR, o entrevistado 1 comenta que para melhorar a evidenciação das informações contábeis para que se tornem mais úteis ao processo decisório da Instituição, para o entrevistado 1 uma boa proposta é que “o SIPAC que é um sistema implantado traga as informações contábeis em formato de relatório e que seja vinculado ao PDI. [...] E uma equipe para trabalhar com essas informações contábeis”.

Já o entrevistado 2 traz a seguinte explicação e propostas:

Na contabilidade na medida em que precisamos temos essas informações em tempo real. Na medida em que você precisa tem os relatórios contábeis. Você solicita a contabilidade. Em relação à contabilidade em si que é a unidade técnica, nós conseguimos ter um controle melhor de informação, até porque nós temos o sistema estruturado hoje nessa unidade. Com o SIAFI que é o

sistema operacional, nós conseguimos extrair relatórios, tem também o Tesouro gerencial que traz informações gerenciais em tempo real para tomada de decisão. Efetivamente acredita-se que hoje em termos contábeis para tomada de decisão nós temos informação. Lógico que precisamos ainda estruturar uns sistemas internos, por exemplo, sistema patrimonial, sistema de almoxarifado. Estamos trabalhando para que aja interação melhor, para que não haja uma inconsistência no nosso patrimônio, pois sempre é necessário fazer ressalvas. Assim sendo, o precisamos melhorar essa relação entre algumas unidades de forma estruturada para as informações cheguem a melhor tempo e filtradas, com segurança, com exatidão. Por fim, a contabilidade é fundamental para atingirmos os objetivos maiores da nossa Instituição (Entrevistado 2).

As informações contábeis desempenham um papel relevante no processo decisório ao organizar e resumir os dados das transações econômicas feitas por uma entidade. Porton e Longaray (2007, p. 92) em seus estudos atestam que, desde que estejam disponíveis em tempo hábil, sejam inteligíveis e sejam utilizadas pelos gestores, as informações contábeis influenciam o processo decisório.

Os dados contábeis são matérias-primas de informações, que devem ser tratados, para que gerem informações úteis e representem um instrumento gerencial para o processo decisório de forma a alcançar uma vantagem competitiva sustentável. As informações geradas pela contabilidade gerencial podem auxiliar os gestores a melhorar a qualidade das operações, reduzir custos operacionais e aumentar a adequação das operações às necessidades dos clientes.

CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi identificar a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão na Universidade Federal Rondônia. A partir do referencial teórico e estudo de caso realizado, pôde-se chegar a algumas considerações sobre o tema, apresentadas abaixo.

Na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) por meio da presente pesquisa podemos aduzir que a demanda por informação contábil se restringe às obrigações legais, como a elaboração do Relatório de Gestão, que é um instrumento de transparência, apresentado anualmente aos órgãos de controle, a fim de cumprir os requisitos de transparência ativa. No entanto, para os gestores os relatórios e demonstrativos contábeis apresentados no Relatório de Gestão também pode servir como instrumento de apoio a tomada de decisão, especialmente às decisões relativas ao planejamento estratégico da Instituição.

Vimos que segundo o entrevistado 1, que as demonstrações contábeis são apresentadas no relatório de gestão, onde os gestores prestam contas do exercício aos órgãos de controle, e está disponibilizado também para o acesso público. No entanto, para esse gestor, esses demonstrativos não podem ser utilizados na tomada de decisão, uma vez que necessita de análise prévia.

Nas universidades federais existe o sistema SIAFI que processa e controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil. À disposição desses órgãos também está o Sistema Tesouro Gerencial que emite relatórios gerenciais da Instituição, capaz inclusive de fazer comparativos de um período para o outro permitindo à Instituição fazer correções e estabelecer metas para o exercício seguinte.

De acordo com o entrevistado 2, as informações relativas à licitação as informações apresentam fragilidade pois o sistema utilizado não é interligado com o sistema orçamentário, no entanto foi feito um comparativo das compras efetuadas em anos anteriores e observou-se desvantagem quanto à técnica de preços utilizada pela organização e feito a troca por uma técnica mais vantajosa.

Ainda sobre sistemas de informações os gestores relatam, dificuldade em obter informações no momento certo para a tomada de decisão por falta de Sistemas de informação integrados que possibilite interagir com o PDI da Universidade e ainda uma equipe para trabalhar com essas informações contábeis.

Constata-se que decisões que são tomadas rotineiramente em uma universidade, sejam elas de pequena ou com grande complexidade, de pequeno ou grande impacto, de cunho administrativo ou político. Enfim, as variáveis que englobam a tomada de decisão são inúmeras e por isso o gestor deve cercar-se de informações úteis e com todas as características necessárias, como forma de garantir a utilidade da informação contábil, é estabelecido que as características qualitativas devem ser aplicadas à informação contábil-financeira fornecida pelas demonstrações contábeis. Para ser útil a informação deve ser relevante, material e possuir representação fidedigna. (características fundamentais). Em complemento, a informação útil pode possuir atributos de melhoria como: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (características de melhoria).

A Lei de Acesso à Informação também implica em um número mínimo obrigatório de informações a serem divulgadas, dentre estas as contábeis, financeiras e orçamentárias como objeto de transparência ativa. Na página principal da Universidade Federal de Rondônia existe um link denominado “Transparência e Prestação de Contas” que direciona o usuário a uma página com os menus, entre outros, com os Relatórios de Gestão, os demonstrativos contábeis e notas explicativas, repasses e transferências de recursos financeiros, planejamento estratégia e ações, execução orçamentária e financeira, licitações e contratos etc. Essas informações divulgadas além de prover os usuários internos de informações para a tomada de decisão atende ao requisito estabelecido na Lei de Acesso à Informação.

O Relatório de gestão, segundo um dos gestores entrevistados serve como um guia para o gestor (Instituição) sendo importante para decisão administrativa e as informações técnicas que são fornecidas pela contabilidade ajudam a estabelecer tomadas de decisões acertadas e que essas informações servem como um medidor para a gestão além de direcionar a Instituição em seu planejamento estratégico.

Na UNIR, é dada grande importância ao relatório de gestão dentro da instituição no que diz respeito à prestação de contas junto aos órgãos de controle, e para o gestor (que é o ordenador de despesas por delegação do gestor) e está no rol de responsáveis da instituição, como também responde pelas contas da Instituição.

Em virtude do que foi mencionado, a pesquisa alcançou os objetivos, uma vez que o problema de pesquisa foi respondido através da entrevista com os gestores, buscando saber a percepção dos gestores sobre as informações contábeis para a tomada

de decisão e por meio da pesquisa pode-se aferir em que situações a informação contábil é utilizada e conseqüentemente agrega valor ao processo decisional.

No decorrer da pesquisa, uma das dificuldades enfrentadas foi o enfrentamento de uma pandemia (COVID 19) o que impossibilitou a entrevista *in loco* com os gestores, impossibilitando uma melhor interação entre o entrevistador e o entrevistado. Contudo, o problema foi sanado pelo uso de ferramentas *online* como o *Google meet*. Outra dificuldade encontrada, foi não conseguir entrevistar todos os envolvidos na gestão e que se pretendia realizar a entrevista, para buscar um maior número de informações possíveis.

Portanto, recomenda-se em trabalhos futuros, que a pesquisa seja estendida para todas as IFES, buscando um resultado mais robusto para a pesquisa. Outra recomendação seria a aplicação da pesquisa em todos os setores da UNIR, com ênfase nos Sistemas de informações utilizados, buscando entender suas fragilidades e potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, G.; BULGACOV, S.; AMORIM, A. L. M. do. A estrutura informacional no processo de decisão estratégica: estudo baseado na estratégia enquanto prática. *JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management* [online]. 2007, v. 4, n. 3, pp. 333-352. Disponível em: <<https://doi.org/10.4301/S1807-17752007000300005>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ALVARENGA, T. K. et al. A interferência da emoção na tomada de decisão de risco: um estudo experimental com profissionais da controladoria. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 24-42, jun. 2014. ISSN 1809-3337. Disponível em:<<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3586>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ALVES, M. C. G. Relevância da informação contabilística: abordagem teórica e estudo empírico. In: Jornadas Hispano-Lusas de Gerti3n Científica, 13, 2003, Lugo. **Anais eletr3nicos...** Lugo, abr. 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266445328_RELEVANCIA_DA_INFORMACAO_CONTABILISTICA_-ABORDAGEM_TEORICA_E_ESTUDO_EMPIRICO>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ANDRIYANI, F. **Modern Camera Connotations: Semiotics Profit Accounting in Perspective Roland Barthes**. In: International Conference on Education. Education in the 21th Century: Responding to Current Issues, 284-291, 2017. Disponível em: <<http://pasca.um.ac.id/conferences/index.php/ice/article/view/41/38>>. Acesso em: 26 Out. 2021.

ARAÚJO, R. H. M.; CALLADO, A. A. C. **Características qualitativas da informação contábil: a percepção de profissionais de controle interno do setor público**. *Management Control Review*, v. 5, n. 1, Jan/Jun, pp. 47-65, 2020. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.51720/mcr.v5i1.3696>>. Acesso em: 13 set. 2021.

ASSAF NETO, A. **A Dinâmica das decisões financeiras**. Caderno de Estudos FIPECAFI, São Paulo: FIPECAFI, v.16, p.9 – 25, jul. / dez. 1997.

ATKINSON, A. A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

AZEVEDO, R. R. de; RIBEIRO, R. B. A relevância (des) percebida da informação contábil. **RMC, Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, maio/agosto 2020. Disponível em: <<https://revista.crcmg.org.br/rmc> ISSN: 2446-9114>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C; ALVES, F. J. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública** [online]. 2015, v. 49, n. 3 pp. 643-675. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612125158>>.

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. esp., p. 1-25, 2008. Disponível em: <DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n1espp1>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BARBOSA, J. DA S., KLEIN, L., COLAUTO, R. D., & BEUREN, I. M. Tridimensionalidade da linguagem contábil em publicação de periódicos científicos brasileiros. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 10, n. 3, p. 44-64, jul./set., 2014. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3854/pdf_18>. Acesso em: 12 set. 2021.

BARAÑANO, A. M. **Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão**. Lisboa: Edições Sílabo. 2004.

BARRETO, P. S.; MACEDO, M. Á. da S.; ALVES, F. J. dos S. Tomada de decisão e teoria dos prospectos em ambiente contábil: Uma análise com foco no efeito framing. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 3, n. 2, p. 61-79, maio/ago., 2013. Disponível em: < <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/RGFC/article/viewFile/2158/1897>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BARROS, A. (org.); DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2012.

BECKER, E. **Comunicação na gestão pública: Desafios e possibilidades**. (Artigo) Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Administração de Empresas, da Universidade do Vale do Taquari – Univates,. Lajeado, novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1957/1/2017EliandraBecker.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BERISHA, V., N. Padronização da contabilidade no Kosovo, **British Journal of Economics, Finance and Management Sciences**, vol. 4 No. 1, pp. 11-17. 2012.

BEUREN, I. M. **Gerenciamento da Informação: Um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 104 p

BIO, S. R. **Sistemas de Informação: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1985.

BRASIL. Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). **Resolução nº 001/CONSUN. Porto Velho, RO, 24 de fevereiro de 2000**. Regimento Interno do Conselho Universitário: CONSUN. Porto Velho, 24 fev. 2000. Secretaria dos Conselhos Superiores (SECONS). Disponível em: <<https://secons.unir.br/pagina/exibir/5824>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

_____. Fundação Universidade Federal de Rondônia. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2019-2024** / Fundação Universidade Federal de Rondônia – Porto Velho, RO, 2019. 374p.: il. Disponível em: <<https://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=27834>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

_____. Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). **Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**. Aprovado por resolução 282/CONSUN, de 19 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://secons.unir.br/pagina/exibir/5822>>. Acesso em: Acesso em: 09 fev. 2022.

_____. **Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8443.htm> Acesso em 09 dez. de 2020.

_____. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no Inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm> Acesso em: 02 dez. de 2020.

_____. Tribunal de Contas da União. **Resolução TCU nº 206, de 27 de novembro de 1980**. Dispõe sobre o exercício da auditoria financeira e orçamentária, o julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos e dá outras providências. 1980. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarAtoNormativo/ConsultarAtoNormativo.faces>>. Acesso em: 09 de dez. de 2021.

_____. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa TCU nº 6, de 8 de junho de 1994**. Estabelece normas de organização e apresentação de tomadas e prestações de contas e rol de responsáveis, e dá outras providências. 1994. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarAtoNormativo/ConsultarAtoNormativo.faces>>. Acesso em 09 dez. 2021.

_____. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010**. Estabelecem normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. 2010. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarAtoNormativo/ConsultarAtoNormativo.faces>> Acesso em 02 de dez. de 2020.

_____. **Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 02 de dez. de 2020.

_____. **Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 02 de dez. de 2020.

BREDA, Z. I. Norma Brasileira de Contabilidade CFC/NBC/TG sem número de 21/11/2019. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. **LEGISWEB**. 2019. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=387266#:~:text=2.6%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20financeiras%20relevantes%20s%C3%A3o,a%20partir%20de%20outras%20fontes>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRYSON, J. M. The future of public and nonprofit strategic planning in the United States. **Public Administration Review**, USA, v. 10, n. especial, p. 255-267, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2010.02285.x>>. Acesso em: 12 jan. 2022

CALAZANS, A. T. S.; COSTA, S. M. de S. Modelo de avaliação da qualidade da informação estratégica bancária. **Ciência Da Informação**, 38(3). 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.18225/ci.inf.v38i3.1229>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CALAZANS, A.T. S. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **TransInformação**, Campinas, 18(1):63-70, jan./abr., 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3843/384334741006.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

_____. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **Pesquisa Brasileira em Informação e Biblioteconomia**. Vol.3, n.2, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2006v1n2.8389>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CAMPELO, K. S. **Características qualitativas da informação contábil**: uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife, 2007.

CÂNDIDO, C. A.; VALENTIM, M. L. P.; CONTANI, M. L. Gestão estratégica da informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.6 n.3 jun. 2005. Disponível em: <http://www.profcordella.com.br/unisanta/textos/gin11_gestao_estrategica_da_informacao.html>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CARDOSO, R. L.; LOPES, A. B.; RICCIO, E. O processo decisório em um ambiente de informação contábil; um estudo usando a teoria dos prospectos. **Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS** [en linea]. 2008, 5(2), 85-95.

Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228635002>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CIESLEWICZ, J.K. **Relationships between national economic culture, institutions, and accounting: Implications for IFRS**. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(6), 511-528. 2014. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2013.03.006>>. Acesso em: 30 de out. 2021.

CINCA, C. S. Las superautopistas de la información: um desafio para la contabilidad del 2000. In: Congreso de la asociación española de contabilidad y administración de empresa (AECA). 8, 1995, Sevilla. **Anais eletrônicos**. Sevilla: AECA, 1995. Disponível em: <<https://aeca.es/wp-content/uploads/2014/05/REVISTA-AECA-123.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

COSTA, J. A.; AFONSO, L. E. O valor preditivo do resultado líquido contábil, dos accruals e do fluxo de caixa operacional das seguradoras. **In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2015. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos152015/55.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CHOO, C. W. information management for the the intelligent organization: the art of scanning the environment. 2. Ed. Medford, NJ: **InformationToday**, 1998. Disponível em: <<http://choo.fis.utoronto.ca/fis/respub/dlc95.html>>. Acesso em: 15 Out. 2022.

CNMP - **Conselho Nacional do Ministério Público Manual do Ordenador de Despesas** / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2014. 156 p. il. ISBN 978-85-67311-23.

CPC. **Pronunciamento Técnico CPC – 00**. Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2011. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CRUZ, C.V. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. Tese (Doutorado) Controladoria e Contabilidade: Contabilidade - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <doi: 10.11606/T.12.2010.tde-24062010-104557>. Acesso em: 09 jul. 2021

DAL MASO, L.; LIBERATORE, G.; MAZZI, F. **Value relevance of stakeholder engagement: The influence of national culture**. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(1), 44-56. 2016. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1390>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da Informação**: Por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998, 2ª reimpressão, 2000, 316 p.

DIAS FILHO, J. M.; NAKAGAWA, M.; Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. **Revista Contabilidade & Finanças**, 12(26), 42-57. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-70772001000200003>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DIAS FILHO, J. M. NAKAGAWA, M. Reflexões sobre a Dimensão Semiótica da Análise de Balanços: Uma contribuição à otimização de decisões de crédito. **Revista de Contabilidade Da UFBA**, Salvador-Ba, v. 6, n. 1, p. 33-47, janeiro-abril 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11392/1/AAAAAA.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DIAS FILHO, J. M. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua Compreensibilidade à luz da teoria da comunicação, **Caderno de Estudos, FIPECAFI**, São Paulo, v.13, n. 24, p. 38 - 49, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cest/a/r8TyVtxCsRdCBzT4cBXKFDH/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 jun. 2021.

DIAS FILHO, J. M. A contabilidade e a ordem social: uma abordagem das teorias semióticas e da comunicação. **Revista da FAE**, v.16, n.1, p. 6–17, 2013. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/120/66>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

DIAS, J. C. R.; VASCONCELOS; M. T. de C. As características qualitativas das informações contábeis no desenvolvimento do Controle Social: uma análise da percepção dos conselheiros do Recife sobre a utilidade da informação contábil. **Revista Contabilidade Vista & Revista** ISSN 0103 – 734X. Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte Vol.6, n.2 p. 15-40, maio/ago. 2015.

EIERLE, B.; SCHULTZE, W., The Role of Management as a User of Accounting Information: Implications for Standard Setting (29 de janeiro de 2013). **Revista de sistemas de informação contábeis e de gestão**. Disponível <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1130162>>. Acesso em: 24 Out. 2021.

FARACO, B. P.; CARVALHO, H. G de. **Transparência das informações públicas nos portais das instituições federais de educação profissional da região sul do Brasil** / Bruno Pereira Faraco. 2015. 122 f.: il.; 30 cm Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1630/1/CT_PPGPGP_M_Faraco%2C%20Bruno%20Pereira_2015.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

FASB - Financial Accounting Standards Board. Statement of Financial Accounting Concepts N°. 2 Qualitative Characteristics of Accounting Information. 2008. Disponível em: <www.fasb.org>. Acesso em: 14 mai. 2021.

FERNANDES, J. U. J. **A função de ordenar despesas. Fórum de Contratação e Gestão Pública** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.5-9, jan. 2002. Disponível em:

<<http://dspace/xmlui/bitstream/item/8015/PDIexibepdf.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 out. 2021.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Políticas de informação no Brasil: A Lei de Acesso à Informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16940>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FERREIRA, D. C. **A efetividade da informação contábil gerada em Unidades Gestoras de recursos da união sediadas em Petrolina-PE e Juazeiro-BA**. 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4827>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FONTANA, M. P. L. B. **O processo de negociações nas organizações num contexto atual**. 2014. 73f. (Monografia) Pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC - MBA Gestão Empresarial. Criciúma, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2504/1/M%C3%A1rcia%20Paulino%20Lepek%20Bez%20Fontana.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

FORTES, K.M; PACHECO, M.S. **O profissional contábil e o desafio da comunicação dirigida: Um estudo descritivo com profissionais na região do Vale do Paranhana/RS com seu público externo**. 2015. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/download/170/149>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

FUJI, A. H.; SLOMSKI, V. Subjetivismo Responsável: necessidade ou ousadia no estudo da Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n.33, pág.33-44, setembro/dezembro 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-70772003000300003>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

FREITAS, A. S; et al. **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão empresarial**. 2014. Disponível em: <<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-aplicadas/Ci%C3%A1ncias-Sociais/OsDiretores-Da-Empresa-EURO-Necessitando-de-Inforna%C3%A7%C3%B5es-347580.html>>. Acesso em: 28 abr. 2021

FREITAS, H. **Informação para a tomada de decisão Executivo-Gerencial**, 2007. Disponível em: <http://gianti.ea.ufrgs.br/files/artigos/2007/2007_203_.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

FREITAS, H.; KLADIS, C.M. **O processo decisório: modelos e dificuldades**. **Revista Decidir**. Rio de Janeiro, ano 2, n.08, mar. 1995. Disponível em:<http://www.ea.ufrgs.br/professores/hfreitas/files/artigos/1995/1995_028_rev_decidir.pdf>. Acesso em 03 abr. 2021.

GAMA, J. R.; RODRIGUES G. M. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras.

TransInformação, Campinas, 28 (1):47-57, jan./abr., 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800004>>. Acesso em: 29 set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

GOLDRATT, E. M. **Garimpendo informação num oceano de dados: a síndrome do palheiro**. São Paulo: C.Fullmann, 1991. 243 p

GOMES, L. F. A. M.; GOMES, C. F. S. **Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONTIJO, A. C.; MAIA, C.S.C. Tomada de decisão, do modelo racional ao comportamental: uma síntese teórica. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.11, nº 4, p. 13-30, outubro/dezembro 2004. Disponível em: <http://150.162.8.240/PNAP_2013_2/Modulo_4/Organizacao_processos_tomada_decisao/material_didatico/textos/Tomada%20de%20decisao.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara. **Uma incursão pela abordagem de pesquisa em contabilidade no Brasil fundamentada em teorias semióticas e da comunicação**. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2010.

HANIFI, F; TALEEI, A. **Accounting information system and management's decision making process**. Management Science Letters 5 – 2015 - 685–694. Disponível em: <http://www.growing-science.com/msl/Vol5/msl_2015_59.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

HARTLEY, J. F. **Case studies in organizational research**. In: CASSELL, Catherine & SYMON, Gillian (Ed.). Qualitative methods in organizational research: a practical guide. London: Sage, p. 208-229, 1994.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas , 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) 2017**: incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as Interpretações tal como aprovadas em 1º de janeiro de 2017.

KRASNIQ, F. X., BERISHA, V. N. **“Role of SMEs in the Economic Development”**, Istanbul, 9th International Scientific Conference. 2015.

LEITE, M. B. **Contabilidade, teoria da comunicação e semiótica: Um estudo com os docentes em teoria da contabilidade das IES públicas em Ciências Contábeis na Paraíba**. (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Ciências Jurídicas e sociais. Sousa-PB 2014. Disponível em:

<<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/16211>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

LIMA, J. A. de L. **Liderança e tomada de decisão na Organização**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á UNOESC, como parte dos requisitos para obtenção do grau de especialista - MBA Administração Estratégica e Financeira. VIDEIRA, SC 2012. 71 f. Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Campus de videira. 2012.

LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. **Modelos de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.1, p.147-164, jan./mar. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/t8XnmBCGfRGYpm9YQh4CKFh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

LOURENÇO, L. M. G. **Análise da qualidade da informação contábil das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA**. 2014. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/18824186.pdf>>. Acesso 27 nov. 2021.

MAGALHÃES, R., SANTOS, L., NEGREIROS, M., SOARES, L., ALVES, A. A utilidade da informação contábil no processo de fiscalização e controle das operadoras de plano de saúde suplementar (ANS). **Revista Ambiente Contábil** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, América do Norte, 7, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/view/2467/2121>>. Acesso em: 20 set. 2021.

MAGALHÃES, A. D.; LUNKES, I.C. **Sistemas contábeis: o valor da informação**. São Paulo: Atlas, 2000.

MASCENA, E. **Licitação conceito e finalidade**. 2017. Disponível em: <<https://dremanuelmascena.jusbrasil.com.br/artigos/437367557/licitacao-conceito-e-finalidade>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 14^a Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, N.; CARVALHO. **Contabilidade Ambiental e Tópicos Relacionados: Uma Revisão de Literatura**. In: Congresso USP iniciação científica em contabilidade 10. 25 e 26 Jul. 2013. São Paulo, 2013.

MARTINS, B. **Tomada de decisão: Analisando o uso de sistemas de informação na empresa JOAGRO ferragens de Estrela/RS**. 2014, 79f. (Monografia) Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Administração, do Centro Universitário Univates, novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/786/1/2014BarbaraMartins.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento Estratégico da Informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como ferramenta estratégica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 244 p.

MEDEIROS, A. L.; DUARTE, M. T.; LIMA, J. N. **Perfil da execução orçamentária das instituições federais de ensino superior da Região Norte do Brasil no Período 2011-2013**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 28., 2014, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1394.pdf>. Acesso: 16 out. 2021.

MENDONÇA NETO, O. R. de; LOPES, R. C; TIOMATSU, J. C. O. ; SILVA, D. O **Processo Decisório em Ambientes Contábeis: uma Aplicação da Teoria dos Modelos Mentais Probabilísticos**. **Contabilidade Vista & Revista**, vol. 20, núm. 4, outubro-diciembre, 2009, pp. 109-130 Universidade Federal de Minas Gerais Minas Gerais, Brasil. 2009. Disponível em: <<https://1library.org/document/qvr902dy-processo-decisorio-ambientes-contabeis-aplicacao-modelos-mentais-probabilisticos.html>>. Acesso em: 29 out. 2021.

MEIRELLES, L. H. **Licitação e Contrato Administrativo**. 15. Ed. São Paulo: Malheiros 1995.

MESSIAS, D.; FREITAS, F. R. do N. V. de; ZANCHET, A. A construção da informação contábil no setor público. **Revista de Contabilidade da UFBA**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 4–21, 2018. DOI: 10.9771/rc-ufba.v12i2.24522. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/24522>>. Acesso em: 23 set. 2020.

MESSIAS, D.; WALTER S. A. **Governança e controladoria no setor público: uma análise do governo e da controladoria-geral do estado de Minas Gerais**. In: Congresso de controladoria e contabilidade. 16., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

MIGUEL, M. C.; SILVEIRA, R. Z. da. **Sistema de informação contábil e tomada de decisão: Um dilema que envolve a qualidade informacional nas organizações**. REGRAD, UNIVEM/Marília-SP, v. 11, n. 1, p 129-147, agosto de 2018. Disponível em: < <https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/2557/727>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MIRANDA, S. V. A gestão da informação e a modelagem de processos. **Revista do Serviço Público**. Brasília 61 (1): 97-112 Jan/Mar 2010. Disponível em: < <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/39/37/122>>. Acesso em: 21 out. 2021.

MORAES. M.B.C.; NAGANO, M.S; MERLO, E.M. **Mensuração da semiótica na codificação das demonstrações contábeis da informação contábil implícita em Habermas**. In. 7º Congresso USP de controladoria e Contabilidade São Paulo – SP, 2004.

MORALE, Í. R. A. **Estilos de tomada de decisão dos órgãos de gestão dos clubes de formação desportiva do conselho de Almada**. Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/5155>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

MORENO, N. A. **A informação arquivística e o processo de tomada de decisão**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.17, n.1, p.13-21, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_b01b5333e2_0012767.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação** [online]. 2000, v. 29, n. 1 pp. 14-24. Epub 27 Jul 2000. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000100002>>. Acesso em: 22 set. 2020.

NBCTGEC - **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual** - 21 de Novembro de 2019. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Publicado em: 16/12/2019 | Edição: 242 | Seção: 1 | Página: 495. Órgão: Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/norma-brasileira-de-contabilidade-nbc-tg-estrutura-conceitual-de-21-de-novembro-de-2019-233564287>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

NACCARATO, S. M. **La información contable**. 2010. Tecnólogo em informática – Matéria: Contabilidad – Unidad Temática 2 : La información contable. Disponível em: <https://www.fing.edu.uy/tecnoinf/mvd/cursos/cont/material/teo/cont_ut2.pdf>. Acesso em: 12 Out. 2021.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L.. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**. v.4, n.3, p.25-47, jul./set.2008. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/979/733>>. Acesso em: 15 out. 2020.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. (organizadores). **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. São Paulo: Atlas, 2007.

NASSER, A. K.; SAMURAI, A. A. Analytical and audit practices for Auditors in the State of Qatar, a field study, Arabic accounting magazine, vol. VIII, no. 1, pp. 1-25. 2005. Disponível em: < <https://pt.calameo.com/read/0011286839358b16cbb9>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, F. D. C.; BATISTA, F. F.; ALBUQUERQUE, L. S.; & PEREIRA, G. M. Características qualitativas da informação contábil: Um estudo da percepção dos concluintes do Curso de Ciências Contábeis da UFCG. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, 4 (2), 96 -113. 2014.

OLIVEIRA, J. de S. P. de. **A gestão da informação como suporte ao processo de tomada de decisão em uma instituição pública de ensino superior: um estudo de caso** - 2010 163 f.; il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós- Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Defesa: Curitiba, 2010.

OLIVEIRA, C.M.; *et al.* Transparência e acesso a informação: os desafios enfrentados na implementação da Lei nº 12.527 - Fundação Universidade Federal de Rondônia. In: Colóquio de Gestión Universitaria en Américas, 13., 2013, Florianópolis, **Anais eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114890>>. Acesso em: 15 out. 2020.

OLIVEIRA, M.; BERTUCCI, M. da G. E. de S. A pequena e média empresa e a gestão da informação. 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/artigos/apeqemed.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégias e táticas operacionais**. 8. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, A.G.; MÜLLER, A.N.; NAKAMURA, W.T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas organizações. **Revista da FAE**, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez.2000. Disponível em: <www.cde.br/publicacoes/revista.asp>. Acesso em: 15 out. 2020.

OTT, E. Contabilidade Gerencial Estratégica: Inter-relacionamento da contabilidade financeira com a contabilidade gerencial. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 35 – 46, mai/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/download/6470/3608/19566>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análises**. São Paulo: Atlas, 2009.

PASSOS, Q. C. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**. 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25741/000751647.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

PAULO, E. **Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional**. Tese (Mestrado) Programa Multiinstitucional e inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa, PB. 2002. Disponível em: [http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/397ef4eae57bda98032570620045a704/\\$FILE/NT000AAC26.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/397ef4eae57bda98032570620045a704/$FILE/NT000AAC26.pdf). Acesso em 20 mai.2014.

PAULO, E. **Manipulação das Informações Contábeis: Uma Análise Teórica e Empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados.** Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

PETRÓ, B. **Análise do fluxo informacional dos gestores turísticos da unidade de conservação Parque Natural Municipal Mata Atlântica de Atalanta.** SC 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PEREIRA, B. A. D.; LOBLER, M. L.; SIMONETTO, E. de O. Análise dos modelos de tomada de decisão sob o enfoque cognitivo. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 260-268, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2734/273420396008.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2021.

PEREIRA, C. C.; FRAGOSO, A. R.; RIBEIRO FILHO, J. F. Comunicação em contabilidade: estudo comparativo do nível de percepção de usuários da informação contábil em Florianópolis (SC) e Recife (PE) sobre a utilidade das representações gráficas no processo de evidenciação. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, ano 34, n. 156, p. 51-69, nov./dez. 2005. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/648>>. Acesso em: 22 set. 2021.

PIONTKIEWICZ, R.; FREITAS, M. do C. D.; STEFANO, N. M.; BIZ, A. A. Aplicação da engenharia da informação na valorização da informação para os usuários do sistema de informação contábil. 2014. **Iberoamerican Journal of Project Management (IJoPM)**. www.riipro.org/journal. ISSN 2346-9161. Vol.5, Nº. 2. 2014.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública.** São Paulo: Atlas, 2010.

PITELA, A.C. O desempenho profissional do contador na opinião do empresário. **Revista Publicatio UEPG**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, ano 8, n.1, 2000. Disponível em: <www.uepg.br/propesp/publicatio/ant.htm>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PORTON, R. A. B., LONGARAY, A. A.; Relevância do uso das informações contábeis nos processos decisórios. **Revista ANGRAD**, v. 7, n. 4, p. 89-110, 2006. Disponível em: <http://www.angrad.org.br/_resources/_circuits/edition/edition_26.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; VIEIRA, A.L. Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da Internet como instrumento de publicidade na UFSC. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, ano 3, v.1, n.5, p.135-146, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**, 2ª Ed., Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013.

PROFIAP - Mestrado Profissional em Administração Pública. **Apresentação**. 2017. Disponível em: <<https://profiap.unir.br/pagina/exibir/7527>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública – 6. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

REZENDE, D. A. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócio.** São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/csxvn1x>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

REZENDE, D. A.; ABREU A. F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas.** São Paulo: Atlas, 2001. 311p.

RIBEIRO, A.; FREIRE, E. J.; BARELLA, L. A. A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta–MT, quanto à utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012 . **REFAF Revista Eletrônica**, Alta Floresta, v. 3, n. 1, p. 32-61, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, F. S. da. Contabilidade e gestão do conhecimento como apoio a tomada de decisão. **CRCSC & VOCE - CRCSC.** Florianópolis, v.3, n.s, p.37-54, abr./jul. 2004. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5454770.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SALVARY, S.C.W. **Accounting in context of communication, language and information theories: a partial analysis.** Working Paper Series. nov. 2005. Disponível em: <<http://ssrn.com>> Acesso em: 18 dez. 2021.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. Ba. **Metodologia de Pesquisa.** In: SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Batista. Definição do alcance da pesquisa a ser realizada: exploratória, descritiva, correlacional ou explicativa. 5ed. Porto Alegre: Penso, 2013, v. 1, p. 99-110.

SANTAELLA, L. **Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado.** São Paulo: Hacker - Editores, 2001.

SANTOS, E.S. Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar. **Caderno de Estudos Fipecafi**, São Paulo, Fipecafi, v.10, n.18, p.1-16, maio/jun./jul./ago. 1998.

SANTOS, R. N. M. **Métodos e ferramentas para gestão de inteligência e do conhecimento.** 2000. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/rev20010402_04.pdf>. Acesso em: 12 de março

SARLO NETO, A. **Relação entre a estrutura de propriedade e a informatividade dos lucros contábeis no mercado brasileiro.** São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis,

Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2009.

SAUAIA, A. C. A.; ZERRENNER, S. A. Jogos de Empresas e Economia Experimental: um Estudo da Racionalidade Organizacional na Tomada de Decisão. **Revista Administração Contemporânea, RAC**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 189-209, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/CKngHkc6RjQKcWSM5SRRSnJ/?format=pdf&lang=p>> Acesso em: 22 ago. 2020.

SILVA, M. S. **Utilidade da informação contábil para tomada de decisões**: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2010.

SILVA, F. J. D.; NOVAIS, W. B. **Semiótica na comunicação entre a Contabilidade e seus usuários**. Ciências Contábeis. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas Vitória da Conquista - BA. n. 14 (especial) p. 175-184 2013. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/download/1995/1703/3369>>. Acesso em: 19 set. 2020.

SILVA, C. R. M. da; GOUVEIA, L. B. O papel das controladorias na transparência das informações: seu contexto e atuação dentro do poder público. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**. ISSN-e 2525-3387, ISSN 1980-086X, Vol. 18, Nº. 1, 2020, pág. 170-195.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. **Comportamento do Consumidor**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 475 p.

SHINTAKU, M.; SUAIDEN, E. J. Repositório institucional como componente de sistemas de informação gerencial para universidades. **BIBLOS**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4905>. Acesso em: 17 out. 2022.

STROEHER, A. M. **Identificação das características das informações contábeis e a sua utilização para tomada de decisão organizacional de pequenas empresas**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS/UNIVATES. Porto Alegre, outubro de 2005. 154p. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4556/000502235.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18 set. 2021.

STROEHER, A.M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas organizações. **Revista RAUSP-e**, v.1, Jan. - Jun. 2008. Disponível em: <http://gianti.ea.ufrgs.br/files/artigos/2008/2008_232_AMS_HF_RAUSPe.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

SZUSTER, N.; CARDOSO, R. L.; SZUSTER, Fortunée R; SZUSTER, F. Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SZÜSTER, N.; SZÜSTER, F. R.; SZÜSTER, F. R. Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. **Revista Contabilidade & Finanças, [S. l.]**, v. 16, n. 38, p. 20-30, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34156>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

TEIXEIRA, A. F. **Gestão orçamentária e financeira**. Brasília: Enap, 2016. 82 p.: il. Programa Gestão Orçamentária e Financeira. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2445/1/Apostila%20-%20GOF%20-%202016%20-%20Final.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TOLEDO, L. A.; SHIAISHI, G. F. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. **Rev. FAE**, Curitiba, v.12, n.1, p.103-119, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/download/288/195>>. Acesso em: 24 set. 2021.

VOSS, C.; TSIKRIKTSIS, N.; FROHLICH, M. Case research in operations management. **International Journal Of Operations & Production Management**, v. 22, n. 2, p. 195-219, 2002.

VASCONCELOS, A. M. de. **Ciclo evolutivo de ONGs: da assistência à representatividade social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

VALENTE, N. T. Z. **Qualidade da informação contábil na perspectiva da Ciência da Informação**. Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21082014-203328/pt-br.php>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

VOKSHI, B. N.; KRASNIQI, X. F. Role of Accounting Information in Decision-Making Process, the Importance for its Users. **ENTRENOVA 7-9**, September. 2017 - Dubrovnik, Croatia. Disponível em: <<https://hrcak.srce.hr/file/365169>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

WESHAH, M. A. F.; AL-HASHEM, A.; ATARAWNEH, . M. A. The use of accounting information systems in analytical procedures for the audit process, from the point of view of internal and external audit in the public sector (a case study of public universities). **European Journal of Business and Management**. ISSN 2222-1905 (Paper) ISSN 2222-2839 (Online) - Vol 4, No.18, 2012. Disponível em: <<https://www.iiste.org/Journals/index.php/EJBM/article/viewFile/3230/3280>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

WRONSKI, P.G.; KLANN, R.C. Accounting Conservatism and National Culture. **Brazilian Business Review**, 17(3), 344-361. 2020. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2020.17.3.6>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento de métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZARE, I.; SHAHSAVARI, A. Ability of Accounting Information to Anticipate Risk. **American Journal of Scientific Research**, 49, 5-10. 2012.

ZARE, I., NEKOUNAM, J., PIRZAD, A., Sedaghatjoo, F., & Mosavimoyahar, S. Role of accounting information systems on relevance of accounting information. **Life Science Journal**, 10(3s). 2013.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G. M. Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de governança. **Biblios**, núm. 61, 2015, pp. 1-18. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19202>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

APÊNDICE I

Roteiro de entrevista com os gestores (Fase qualitativa)

1. Qual o seu tempo de atuação como Pró-Reitor de Planejamento?
2. Há quanto tempo você atua na Instituição?
3. Qual a área de sua formação?
4. Seu cargo na Instituição é de natureza:
 - () Docente
 - () Técnico
5. Quais são os tipos de decisão que geralmente são tomadas por você como gestor?
6. As informações contábeis recebidas contribuem para melhorar que tipo de decisão?
7. Quais informações você utiliza na tomada de decisão em relação à licitação?
8. Quais informações você utiliza na tomada de decisão em relação à execução orçamentária?
9. Quais informações você utiliza na tomada de decisão em relação à execução financeira?
10. Quais informações você utiliza na tomada de decisão em relação à planejamento?
11. Que outros tipos de informação diferente do que foi mencionado você utiliza para a tomada de decisão?
12. Você sente falta de algum tipo de informação que não é disponibilizada? Se positivo quais?
13. Você propõe alguma melhoria na evidenciação das informações contábeis para que elas se tornem mais úteis ao processo decisório?

APÊNDICE II - Relatório Técnico Tecnológico.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ELIELZA CAMARGO SOUZA

**A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA A TOMADA DE
DECISÃO: Um estudo de caso na Universidade Federal de Rondônia**

PORTO VELHO – RO

2022

TÍTULO: Correlação entre os sistemas de Gestão para a tomada de decisão e os principais documentos contábeis com indicativos de melhoria e intervenção.

RESUMO

Este relatório que além de mostrar a situação atual do uso da informação contábil para a tomada de decisão na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) oferece ações a serem implementadas visando a melhoria do uso das informações contábeis para a tomada de decisão e em especial indica algumas intervenções necessárias para gerar um suporte de dados confiáveis para que os gestores realizem as tomadas de decisões com maior precisão.

1 INSTITUIÇÃO/SETOR

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é a única universidade pública de Rondônia, sendo esta o objeto de estudo e de proposição de intervenção. Sua sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração (PRAD), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq). Particularmente a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) é responsável pelo planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades de planejamento, orçamento e organização da universidade.

2 PÚBLICO-ALVO DO PROBLEMA

A pesquisa apresenta como público-alvo os gestores da área de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, mas também em um segundo plano existe uma sociedade que é impactada pelas ações da UNIR e demais *stakeholders*, que podem demandar por acesso à informação contábil para a tomada de decisão, assim como exercer a cidadania e democracia a partir de mecanismos digitais de participação cidadã, como as páginas de transparência alimentadas por informações extraídas da contabilidade.

3 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Em um estudo realizado por Messias; Freitas; Zanchet (2018) no qual buscaram analisar o processo de construção de informação contábil nas universidades federais brasileiras, sob a perspectiva de 63 contadores responsáveis pela elaboração dos relatórios contábeis em universidades federais. Os autores usaram como sustentação para a elaboração do instrumento de coleta de dados e para as análises dos resultados as teorias da Comunicação e da Semiótica.

E obtiveram que os contadores consideram fatores como a formação e as atividades desenvolvidas pelo usuário, a finalidade, prazos e o canal que melhor se adequa às necessidades dos demandantes, propiciando qualidades à informação produzida. Também comprovaram que a informação contábil ainda não figura entre os instrumentos apoiadores do processo decisório das universidades, uma vez que não apresenta demanda representativa em todas as organizações (MESSIAS; FREITAS; ZANCHET, 2018).

Segundo este estudo realizado, as informações contábeis, no cenário atual, tem utilidade secundária no processo decisório, apesar de ser a base da informação que é alimentada nos sistemas de gestão utilizados pelos gestores. Contudo, a informação contábil fica apenas restrita às obrigações legais.

Desta forma, mostra-se como um campo propício para estudos relacionados ao processo de informação contábil. A informação produzida pela Contabilidade é aquela que altera (ou deveria alterar) o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à organização e, a partir de suas interpretações, utilizá-la para tomar decisões e para solucionar problemas (VALENTE, 2014).

4 OBJETIVOS

Identificar a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão na Universidade Federal Rondônia

5 ANÁLISE/DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os resultados apreendidos na dissertação demonstram a necessidade de aperfeiçoamento das práticas referentes a utilização da informação contábil como

ferramenta de gestão na tomada de decisão na Universidade Federal de Rondônia. Os gestores (tomadores de decisão) demonstraram não utilizar as informações contábeis para além das obrigações legais como prestação de contas aos órgãos de controle. No entanto revelaram a necessidade de um maior acesso às informações contábeis para uma melhoria na tomada de decisão, como também uma maior integração, inclusive por meio de Sistemas de informação, entre informações contábeis, orçamentárias, financeiras e de planejamento.

O estudo foi realizado na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), criada em 1982 pela Lei nº 7011. A UNIR possui oito campi, localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. A sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as cinco Pró-Reitorias. A Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) é responsável pelo planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades de planejamento, orçamento e organização da universidade. Dessa forma, esta pesquisa teve como unidade de análise a Pró-Reitoria de planejamento (PROPLAN) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) partindo do pressuposto que os Pró-Reitores de planejamento são os principais responsáveis pela tomada de decisão, principalmente as que dizem respeito aos aspectos orçamentários e financeiros.

6 SISTEMAS GERENCIAIS INTEGRADOS COM O SISTEMA CONTABIL

As demonstrações contábeis (DCON) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. As DCON são elaboradas a partir das informações contábeis constantes no SIAFI. As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP).

6.1 SISTEMAS CONTÁBEIS

Abaixo serão apresentadas as demonstrações contábeis obrigatórias emitidas pela instituição e que atendem a Lei 4320/64 que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Confere no quadro 01 a seguir:

Quadro 01 - Demonstrações contábeis obrigatórias emitidas pela instituição

Demonstração	Descrição e finalidade	Periodicidade
Balanco Patrimonial	Estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. De acordo com a lei 4.320/1964, o BP deve demonstrar: I – O Ativo Financeiro II – O Ativo Permanente III – O Passivo Financeiro IV – O Passivo Permanente V – O saldo Patrimonial VI – As Contas de Compensação	Trimestral
Balanco Orçamentário	De acordo com a lei 4.320/1964, o Balanco Orçamentário demonstrará as receitas e despesas em confronto com as realizadas. O Balanco Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.	
Balanco Financeiro	De acordo com a lei 4.320/1964 o Balanco Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior.	
Demonstração das Variações Patrimoniais	A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.	
Demonstração do Fluxo de Caixa	A DFC permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuro de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.	
Notas Explicativas	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares	

	àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.	Anual

Fonte: Elaboração própria - baseada na Lei 4.320/1964

Desses demonstrativos obrigatórios, seria interessante a utilização pelos gestores, do balanço patrimonial, uma vez que esse demonstrativo reflete a situação patrimonial da instituição, permitindo ao gestor tomar decisões com base na situação real da universidade de acordo com os seus bens e direitos, como também as obrigações da Instituição.

Cabe destacar que na pesquisa foram relatados pelos gestores, divergências entre as informações contábeis evidenciadas pela contabilidade com as fornecidas pela coordenação de patrimônio da universidade, dificultando assim a análise das informações extraídas dos sistemas contábeis.

Para a tomada de decisão relativas a discriminação dos gastos da instituição, seria interessante a melhoria de critérios e uso da demonstração de variações patrimoniais na avaliação dos gastos da universidade e se estão atendendo a contento os objetivos/missão da organização.

As demais demonstrações DFC, DMPL, BO e BF e notas explicativas, juntamente com as citadas são demonstrações obrigatórias a serem apresentadas ao MEC periodicamente e consolidadas ao final do exercício. Caso as demonstrações não sejam apresentadas, o MEC emite uma advertência à Instituição por meio de comunicação do SIAFI, podendo a gestão instituir PAD contra o servidor responsável pela emissão dos demonstrativos contábeis.

O ambiente educacional está mudando rápida e de forma contínua, tornando-se mais complexo e menos previsível, e cada vez mais dependente de informação e de uma estrutura tecnológica que permita o gerenciamento de grandes quantidades de dados.

A tecnologia está gerando transformações, que estão ocorrendo a nossa volta de forma ágil e sutil. É uma variação com consequências fundamentais para o mundo das organizações, causando preocupação diária aos administradores das instituições de

ensino. A convergência desta estrutura tecnológica com as telecomunicações que, aniquilou as distâncias está determinando um novo perfil para os serviços educacionais.

Um sistema de informações para ambientes educacionais deve possuir a característica de auxiliar os processos rotineiros da instituição como compras, contas a pagar, contabilidade etc. Mas sua principal força deve ser concentrada em três pilares que formam a organização educacional: alunos, professores e administração.

A importância destes três segmentos é inquestionável. É imprescindível para a vida de qualquer instituição acadêmica possuir informações contábeis sobre a vida da mesma. Informações contábeis que possibilitem a tomada de decisões adequadas à organização visando a melhoria das condições educacionais.

O SIPAC é um sistema que está sendo implantado na UNIR, um dos entrevistados nesse estudo acredita que esse sistema traz benefícios para tomadas de decisões que as informações contábeis fornecida são em formato de relatório, assim para melhorar que esses relatórios estejam disponíveis em tempo real e com informações úteis, é interessante que seja vinculado ao PDI.

Para isso é importante que tenha uma equipe técnica, preparada para trabalharem com essas informações contábeis antes de chegar aos gestores e pró-reitores. Na Universidade a contabilidade é uma unidade técnica que se mostra sempre ativa, pois na medida em os gestores (pró-reitores) precisam que eles tenham as informações em tempo real, que o sistema de informação contábil nesse setor já é bem estruturado. Na contabilidade os pró-reitores têm sempre em mãos e no sistema os relatórios contábeis.

6.2 SISTEMAS GERENCIAIS

Os pró-reitores (gestores) buscam informações para a tomada de decisão no que concerne a execução financeira, orçamentária e de planejamento, para conseguir dar prioridade às questões ligadas aos objetivos/missão da Instituição. Dessa forma eles procuram informações filtradas e direcionadas a cada tipo de decisão.

Assim, para permanecer servindo os gestores, essa unidade deve estar linkada aos demais sistemas (SIPAC, SIAFI e o Tesouro gerencial) que vem sendo implantado na Universidade. O quadro 2 a seguir traz os sistemas gerenciais integrados com sistema contábil da UNIR.

Quadro 2: Sistema Gerencial Integrado com o Sistema Contábil

SISTEMA	Tipo	Informação Gerada	Correlação contábil
SIPAC	Sistema Interno Iniciou a implantação em 2018 (em andamento)	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e contrato. Principal Sistema para controle dos contratos administrativos.	Balanço Patrimonial (Passivo – Fornecedor). Balanço Orçamentário (Dispêndio orçamentário)
SIAFI	Sistema Externo Operacional - Implantado em 1987	Controle de contas a pagar/Fornecedores (obrigação) Controle de contas a receber (direito). Controle de bens imobilizados (obras, em andamento, softwares etc - direito). Controle de restos a pagar processados (obrigação). Registro de suprimento de fundos (Ativo – adiantamento)	Balanço Patrimonial (Ativo, passivo e Patrimônio Líquido). Balanço Orçamentário (execução orçamentária). Balanço Financeiro (execução financeira-dispêndio financeiro). DVP. (Evidencia as alterações no patrimônio). DFC (Evidencia as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa (financeiro) e os itens de consumo de caixa). DMPL (elaborada anualmente com objetivo de demonstrar os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros).
SIAFI WEB	Sistema Externo – Implantado em 2012	Operações Financeiras são lançadas elementos de liquidação/Contas a pagar, folha de pagamento a servidores e pensionistas, pagamentos a bolsistas etc.	Balanço Patrimonial Passivo (Contas a pagar/fornecedores) obras em andamento). (Despesas Administrativas) Balanço Orçamentário (Liquidação). Balanço Financeiro (execução financeira -dispêndio financeiro).
Tesouro Gerencial	Sistema Externo Implantado desde 2015	Esse sistema permite a extração de relatórios gerenciais. Por meio, podem ser elaboradas diversas planilhas evidenciando todos os tipos de informação que o usuário necessita: contábil, orçamentária, financeira. Podem ser construídos relatórios gerenciais comparando períodos para dessa forma demonstrar os investimentos ou gastos da Instituição.	Os dados para elaboração de relatórios por meio do tesouro gerencial são extraídos do SIAFI operacional. Assim todas as informações presentes no SIAFI podem ser utilizadas para a construção de Relatórios Gerenciais por meio do TG.
Sistema Patrimonial	Sistema Interno	Fornecer informações sobre os bens imobilizados da Instituição, desde a aquisição de equipamentos de TI, móveis imóveis, etc., como também a depreciação, amortização e baixa desses bens.	Balanço Patrimonial. Ativo (conta imobilizada). Passivo (fornecedores/contas a pagar)
Sistema de Almoarifado	Sistema Interno	Fornecer informações sobre os materiais adquiridos pela Instituição, desde a aquisição de material de manutenção, de expediente, combustíveis etc., como também e baixa/saída	Balanço Patrimonial. Ativo (Conta Estoque). Passivo (fornecedores/contas a pagar)

		desses materiais no Sistema.	
Plano Anual de Contratações (PAC) Sistema de Planejamento e gerenciamento de contratações. PGC – Implantado desde 2019.	Sistema Interno	Consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar no exercício subsequente, acompanhadas dos respectivos Estudos preliminares e Gerenciamento de riscos. Permite a maximização dos resultados institucionais e o uso racional dos recursos públicos. Permite a articulação do planejamento das contratações com a proposta orçamentária; a aderência das contratações com o planejamento estratégico da organização; bem como o uso estratégico das compras públicas. Já o sistema PGC está indisponível para realização de alterações do plano de contratações em execução, bem como para novas inserções. No novo sistema PGC o ordenador de despesas poderá cadastrar a disponibilidade orçamentária da instituição e direcionar os valores correspondentes, por meio da funcionalidade “Gestão das Áreas Requisitantes”, possibilitando, assim, um <i>maior controle e adequação</i> à proposta orçamentária do órgão ou entidade.	Proposta Orçamentária LOA (Lei Orçamentária Anual)

Fonte: Elaboração própria - Baseado na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019.

6.3 RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

Com base no uso dos sistemas gerenciais e contábeis foram identificados três blocos de intervenção para que a informação produzida pela contabilidade gere um conhecimento aos gestores em relação à organização e, a partir de suas interpretações e considerando a fidedignidade dessas informações, ela seja utilizada para tomar decisões mais precisas frente às estratégias que cada gestor orienta as organizações.

a) Parametrizar as informações do Tesouro Nacional e do SIAFI periodicamente

Uma das ações que devem ser estabelecidas a partir do que foi verificado nas considerações da dissertação. É que para tomada de decisões e por oferecer relatórios gerenciais a universidade tem-se o Tesouro gerencial que vem sendo utilizado na Instituição. Sabe-se que o sistema Tesouro Gerencial lançado em 2015 é um sistema de consultas de informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) Operacional e Gerencial, que possibilita a elaboração de relatórios e painéis a partir da extração de dados da execução financeira, contábil e patrimonial. O sistema Tesouro Gerencial é uma ferramenta que utiliza a plataforma *Microstrategy (software de business intelligence)* para extração de dados, cuja base é o SIAFI, no qual são registrados os documentos, e outras informações, que efetivam a execução de despesas ou a apropriação de receitas. Os relatórios podem ser parametrizados para demonstrativos mensais, anuais, compará-los com o mesmo período de anos anteriores, trazer os dados de forma sintética ou detalhada, dependendo da necessidade do Gestor da UNIR. (REIS; PERTEL, 2019).

b) Estruturar Sistemas Internos

Outro ponto de ação é a necessidade de estruturar uns sistemas internos ainda na UNIR, por exemplo, Sistema patrimonial, Sistema de almoxarifado, para que haja uma interação melhor, e principalmente para que não haja uma inconsistência no patrimônio da Universidade. Assim sendo, precisar melhorar a relação entre algumas unidades de forma estruturada para que as informações cheguem a melhor tempo e filtradas, com segurança, com exatidão. Para o não uso ou uso limitado de informações no processo decisório da UNIR, seja minorado poderiam ser executadas algumas ações institucionais tais como: Investir em treinamento e capacitação continuada, promover condições para formação de equipes técnicas para trabalhar na filtragem das informações antes de chegar aos pró-reitores (tomadores de decisão), como também disponibilizar sistemas atualizados e sempre disponíveis, sem paradas e sem falhas, e integrados, além de pessoal de suporte capacitado e acessível.

Segundo o Araújo; *et al.*, (2020) o crescimento no número de servidores é necessário, uma vez que o número de servidores da área de TI representa aproximadamente 5% do número total de servidores da instituição, levando em consideração o número aproximado de 1.294 servidores a TI deveria ser composta por uma equipe de pelo menos 70 servidores, atualmente é composta por 17 servidores,

além desse quantitativo, um à serviço da CPPROD e um à serviço da PROPESQ. Dessa forma não só a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) fica desguarnecida, como os campi também ficam sem um suporte de um profissional da área de TI.

c) Integrar os Sistemas PDTI e alinhar com o Planejamento Estratégico

Assim sendo, outra ação de intervenção é a implantação de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI, 2020, 2022), alinhado ao planejamento de desenvolvimento institucional, com o apoio da Alta Administração e o comprometimento das áreas de negócio na gestão eficiente da informação, minimizará os riscos gerando inúmeros benefícios como:

Alinhamento da TI com a missão da UNIR;

Segurança, integridade, confiabilidade e disponibilidade dos dados e das informações da UNIR;

Tomada de decisão com base em informações seguras;

Maior transparência dos recursos, atividades e investimentos de TI;

Maior economicidade nas aquisições e investimentos de TI;

Uso adequado e responsável dos recursos;

Maior desempenho dos recursos tecnológicos;

Conformidade legal e metodológica com as determinações dos órgãos federais de controle para a TI;

Melhor comunicação na implantação soluções;

Maior satisfação dos usuários.

Portanto, um elemento chave para o PDTI é a sua integração e alinhamento com o planejamento estratégico e as estratégias de negócio da UNIR. Como documento norteador deste trabalho, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, publicado em Julho de 2019, e vigência até 2024, que destaca os objetivos e eixos estratégicos desta instituição em consonância com a área de Tecnologia da Informação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

6.4 IMPLICAÇÕES LEGAIS PELA FALTA DE INFORMAÇÃO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS

Vale ressaltar que as informações contábeis têm prazos estabelecidos legalmente para serem produzidos e a ausência dessa informação gera um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) aos Gestores e o responsável. O processo

administrativo disciplinar (PAD) é o instrumento que a Administração Pública utiliza para apurar infrações funcionais e aplicar as penalidades cabíveis aos agentes públicos. Além do PAD, temos também a sindicância, que é um procedimento mais simples e sumário para apurar a existência de irregularidades no serviço público. No âmbito da universidade, a Gerência de Procedimentos Disciplinares (GPD) é o setor da universidade responsável por gerenciar, aprimorar, conduzir e acompanhar os Processos Administrativos Disciplinares (PAD), sindicâncias, apuração de irregularidades funcionais relativas à acumulação e ao abandono de cargo, bem como relacionadas à violação ao regime de dedicação exclusiva aplicável a parte do corpo docente, dentre outras atividades (MAPA JURÍDICO, 2022).

RESPONSÁVEIS/CONTATOS

DISCENTE: ELIELZA CAMARGO SOUZA. E-mail: elielza.souza@unir.br

ORIENTADORA: ILUSKA LOBO BRAGA. E-mail: iluska.lobo@unir.br

DATA DA REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO

13 de Janeiro de 2022

REFERÊNCIAS

AFFONSO, L. M. F. et al. **Gestão de informações no setor público**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ARAÚJO, Edson Carlos Froes de; et al., Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – **Relatório de gestão do exercício de 2019**. Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº178/2019. Porto Velho, 2020.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR. **Relatório de Gestão do exercício de 2018**. Disponível em: <https://www.unir.br/noticias_arquivos/26855_rg_2018___final_mesmo.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2019-2024** / Fundação Universidade Federal de Rondônia – Porto Velho, RO, 2019.374p.: il. Formato: pdf. Disponível em: <www.pdi.unir.br>, 10 jan. 2022.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. Brasília, 4 de maio de 1964; 1432 da Independência e 76º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MESSIAS, Diego; ZANCHET, Aládio; FREITAS, Francielle R N Voltarelli de. A construção da informação contábil no setor público. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador-Bahia. V. 12, N. 2, Pág. 4-21, mai-ago 2018.

MAPA JURÍDICO – Sindicância e processo administrativo disciplinar do servidor público. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/sindicancia-processo-administrativo-disciplinar-lei.htm>>. Acesso em 10 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundação Universidade Federal de Rondônia- **Plano Diretor de Tecnologia da Informação. (PDTI) 2020-2022.** Versão 0.3 – 05/04/2020 - Pró-Reitoria Planejamento Diretoria de Tecnologia da Informação Porto Velho – 2020

REIS, J. T. dos; PERTEL, G. E. **Contribuição do tesouro gerencial como ferramenta de controle da execução orçamentária.** Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, vol. 2, n. 1, p. 33-58, jan./jun. 2019.

SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO SERVIDOR PÚBLICO. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/sindicancia-processo-administrativo-disciplinar-lei.htm>>. Acesso em 10 jan. 2022.